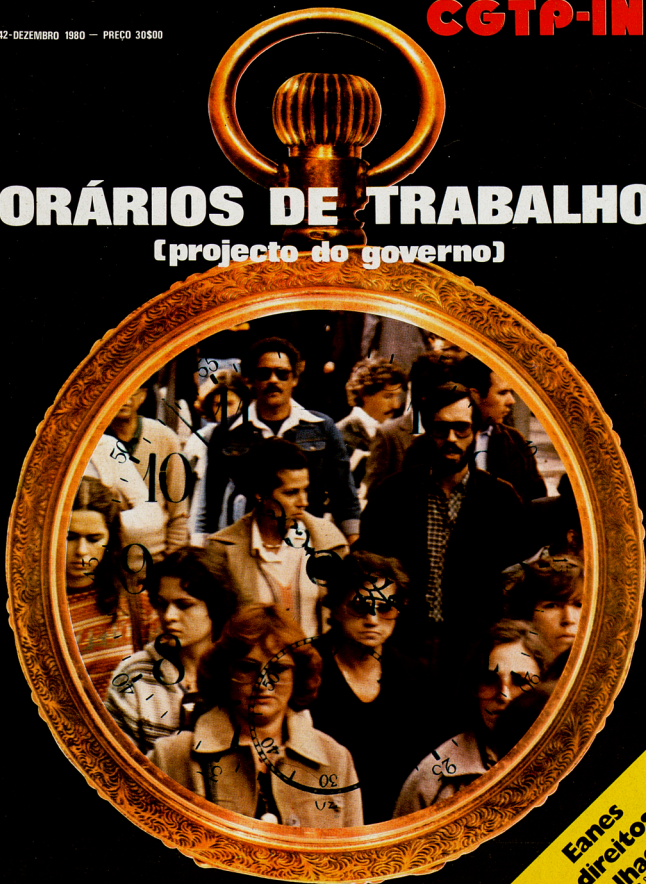


ALIANÇA

ANO 6 - Nº 42 - DEZEMBRO 1980 - PREÇO 30500

CGTP-IN

HORÁRIOS DE TRABALHO (projecto do governo)



A QUEM SERVEM?

**Eanes
e os direitos dos
trabalhadores**
PÁG. 57-60



4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

ALAVANCA

N.º 42 - DEZEMBRO/80

ÓRGÃO MENSAL
DA CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
INTERINDUCIONAL NACIONAL



HELP DE PORTUGUESE
MULTIPLI CONSUMIDOR
postigo 2460235
1.ª x.ª TEL. 94.100.000
Pavilhão 0030 - AMSTÉRDAM



EDITORIAL

2

EM FOCO

4

Plenário Nacional da CGTP-IN: definir orientações para a luta dos trabalhadores; Cabos Ávila: «Campo de concentração» vigiado pelos homens de Soares Carneiro; Vitória na luta Metro-Carris;

ENTREVISTA

8

Ramalho Eanes pronuncia-se sobre os direitos dos trabalhadores

JOVENS

11

Empregos para jovens, precisam-se

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL COM A REFORMA AGRÁRIA

13

HORÁRIO DE TRABALHO

15

Horários do governo atrasam-se 100 anos

CONSULTÓRIO JURÍDICO

19

Direitos humanos
Quem os defende?

HISTÓRIAS DE NATAL

22

INTERNACIONAL

24

5.ª Conferência sobre Imigração em França;
Solidariedade com trabalhadores turcos

MAGAZINE

26

Festa do X Aniversário da CGTP-IN no Coliseu dos Recreios; Ofertas de Aniversário para o Museu da CGTP-IN; Cascais Jazz-80



ALIANÇA

ÓRGÃO CENTRAL DA
CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
INTERSINDICAL NACIONAL



Director

José Luis Judas

Fizeram este número

A. Vicente Campinas

Carlos Barão Pinto

Eduardo Dias

Eduardo Horta

Elisabete França

Francisco Coelho

Gonçalves André

João Correia

João Silva

Jorge Eusébio Torné

José M. Pinela

José M. Santos

José Santos

Oriando Laranjeiro

Zillah Branco

Redacção e

Administração

R. Vitor Cordon, 1, 2.º

1294 Lisboa Coedex

Composição e Impressão
Heska Portuguesa

Esta edição
contém 36 páginas



editorial

O Povo português viveu ultimamente dois acontecimentos com consequências na situação política nacional: a morte do Primeiro-Ministro e do ministro da Defesa e a reeleição do general Ramalho Eanes para a Presidência da República. A morte do Primeiro-Ministro, para além de desencadear uma luta pelo poder na selo do PSD e da AD, levantará também a questão de saber qual a tática a seguir para alcançar os objectivos reaccionários que prossegue.

A herança política de Sá Carneiro apontava para uma acção virada para o confronto, «até às últimas consequências», com a legalidade democrática e constitucional, e para o confronto com o movimento operário e as suas conquistas e direitos. Este era o panorama que se desenhava no horizonte, em termos de futuro próximo.

Haverá hoje na AD dirigentes com o carisma que unifique e arraste a coligação reaccionária nesse objectivo?

Agora, decerto que, mais do que a escolha deste ou daquele indivíduo, a reeleição do general Ramalho Eanes é um factor que levará os dirigentes da AD a repensarem a sua política. Tal reeleição significou uma profunda derrota para a estratégia restauracionista delineada por Sá Carneiro. A derrota de Soares Carneiro é a derrota do fascismo que ele representa e é, por isso mesmo, uma vitória dos trabalhadores, da Democracia e da Liberdade.

É indiscutível que Ramalho Eanes foi eleito pelo voto dos trabalhadores, mas ele não é (nem alguma vez como tal se afirmou) o representante dos interesses dos trabalhadores.

O Presidente Eanes é um homem que tem reafirmado e comprovado, o seu respeito pela legalidade constitucional: por isso tem o ódio da reacção, por isso justificou a escolha dos trabalhadores.

Sem dúvida que para rever a Constituição, são necessários dois terços do total de votos dos deputados da Assembleia da República, mas essa maioria está dependente da vontade e da luta do povo: o povo, que escreveu a Constituição de Abril, defendê-la-á.

1981 val ser um ano de grandes lutas. A CGTP-IP encara-as com responsabilidade e com confiança.

Bom Natal e Bom Ano Novo!

EM FOCO

PLENÁRIO NACIONAL DA CGTP-IN DEFINIU

Orientações para a luta dos trabalhadores



O reforço da maioria parlamentar da «AD» **velo acrescentar renovados perigos para os direitos e interesses dos trabalhadores e para o próprio regime democrático que terão de ser combatidos através do reforço da capacidade de intervenção e do alargamento da influência de massas de todo o Movimento Sindical.**

Desta constatação, feita pelo Plenário Nacional da CGTP-IN, reunido no passado dia 7 de Novembro, em consonância com as conclusões a que já haviam chegado o Secretariado Nacional e o Conselho Geral, saiu a aprovação de um conjunto de orientações para serem postas em prática a todos os níveis da estrutura sindical, que constituirão a resposta organizada dos trabalhadores às investidas que contra eles têm vindo a ser desencadeadas pelos seus inimigos de classe que a gora dominam no Parlamento e no Governo.

No fundamental, três grandes temas prenderam a atenção do Plenário: a unidade, a organização e as frentes de luta do Movimento Sindical Unitário na presente situação político-sindical.

— REFORÇAR A UNIDADE DE BASE —

As ameaças e os perigos com que se defrontam os trabalhadores e as suas organizações de classe criaram uma reforçada dinâmica de unidade de

base, que favorece e impõe a sua correspondência para os domínios da organização sindical.

De resto, sendo a unidade sindical resultante principalmente da identidade dos interesses de classe e dos anseios comuns dos trabalhadores, que são defendidos e prosseguidos através da sua organização sindical, importa que se dê expressão a essa identidade básica, combatendo todas as manifestações que a dificultam, nomeadamente o obreirismo e o sectarismo, e aprofundando as que a facilitam, através do alargamento da participação dos trabalhadores, no respeito escrupulosas das regras da democracia interna.

E se tal implica a dinamização da estrutura sindical de empresa, obriga, por outro lado, a uma completa abertura para o debate com todas as organizações sindicais representativas, desde que se manifestem realmente dispostas a um diálogo que tenha por finalidade encontrar as melhores formas de defender os interesses e os direitos dos trabalhadores e o próprio regime democrático, essencial para essa defesa.

Por isso, a orientação mais importante ser a de que a batalha fundamental dos trabalhadores é a defesa da Constituição da República e dos direitos, liberdades e garantias nela consagrados.

No que respeita à organização sindical propriamente dita, o reconhecimento de que têm existido deficiências no trabalho de direcção e de

coordenação do Movimento Sindical, em especial, na ligação entre a estrutura central e as estruturas intermédias, as Federações e as Uniões, deficiências que têm dificultado a execução prática de orientações traçadas pelos órgãos superiores da Central, determina que se melhore esse trabalho com vista à resolução dos problemas concretos dos trabalhadores.

Daí que se aponte não apenas para o reforço da organização sindical a nível de empresa, mas ainda para uma melhor articulação e desenvolvimento da actividade dos sindicatos, tanto a nível da sua descentralização como do seu próprio funcionamento.

Do mesmo modo que se aponta para o reforço de todo o trabalho de verticalização, quer no sentido de consolidar as já realizadas quer avançando com novos processos onde tal for possível.

Tal trará como consequência o aumento do grau de sindicalização, o fortalecimento da consciência de classe e o reforço do espírito de unidade entre todos os trabalhadores, que são essenciais para o êxito da sua luta.

De realçar que, a nível do funcionamento das associações sindicais, se proponha a realização de um encontro sobre reestruturação administrativa e financeira, por forma a que os meios administrativos, técnicos e financeiros sirvam eficazmente o movimento sindical.

Ao mesmo tempo, não poderá ser descuidada a importância fundamental da formação sindical de dirigentes e delegados e terá de ser levada a cabo a instalação da respectiva Escola.

Todo este processo de reforço da organização sindical a todos os níveis será acompanhado pela execução de programas integrados de acção sindical, apoiados simultaneamente na organização, na formação e nos tempos livres.

- FRENTE DE LUTA -

A defesa da Constituição da República e dos direitos, liberdades e garantias nela consagrados e particularmente os que dizem respeito aos trabalhadores e às suas organizações, continua a ser apontada como a batalha fundamental dos trabalhadores portugueses e da CGTP-Intersindical Nacional.

O reforço das frentes de luta é, assim, orientado para o pleno exercício dos seus direitos e para a efectiva participação do movimento sindical nas decisões económicas e sociais e em todas as grandes decisões de carácter político que digam respeito aos trabalhadores, como forma de manter em aberto e contribuir para a materialização das esperanças que o 25 de Abril criou ao povo português.

Perante a perspectiva de revisão global da legislação de trabalho que o governo da "AD" pretende levar a cabo para favorecer exclusivamente os interesses do grande patronato, o Movimento Sindical deve assumir uma posição própria, alicerçada na Constituição e nas conquistas de Abril, e desenvolver, simultaneamente com a acção de massas, o combate jurídico a todas as medidas que reflectem os interesses dos inimigos de classe dos trabalhadores.



Nesse sentido, é chamada a atenção para a necessidade de utilizar, competentemente e com eficácia, os meios administrativos e judiciais de garantias dos direitos, em especial, a Inspeção do Trabalho e os Tribunais de Trabalho, dando sequência prática às orientações que foram definidas no Encontro sobre Direito Processual de Trabalho, organizado pela CGTP-IN.

Como o frente específicas de luta que importa reforçar são apontadas a contratação colectiva, o horário e duração do trabalho, os contratos a prazo e o desemprego e os despedimentos.

Quanto à contratação colectiva importa que o Movimento Sindical nela se empenhe com duas preocupações prioritárias: assegurar aos trabalhadores a efectiva defesa do seu poder de compra, satisfazendo os direitos e expectativas de todas as categorias de trabalhadores. Isto pressupõe o cumprimento efectivo da vigência anual das tabelas salariais, o estudo e melhoria dos enquadramento e das carreiras profissionais, contribuindo para a resolução, por via contratual, dos problemas dos trabalhadores das grandes empresas e dos quadros técnicos.

Quanto à duração do trabalho, impõe-se não apenas a luta contra

o projecto de lei do governo, mas também a elaboração de uma alternativa sindical que defenda os interesses fundamentais dos trabalhadores.

Na luta contra os contratos a prazo, que se desenvolverá tanto a nível da legislação como de empresa, dos sindicatos e da contratação colectiva, o importante é fazer com que as leis se adaptem ao que está constitucionalmente consagrado, para evitar que, com a sua utilização cada vez mais alargada e abusiva, o patronato continue a fomentar a instabilidade no emprego, violando e reduzindo os direitos dos trabalhadores, a divisão entre os trabalhadores, a dessindicalização, a quebra do seu poder reivindicativo.

No que respeita ao combate ao desemprego e aos despedimentos, cuja situação se tem vindo a agravar, tanto em consequência da política económica do governo como ainda da cobertura que este tem vindo a dar às acções do patronato reaccionário e das multinacionais, é importante que todo o movimento sindical ponha em execução as resoluções do Programa de Acção, aprovado no III Congresso e, especialmente, as do Encontro Nacional contra o Desemprego, as quais estabelecem que a resolução do problema do emprego deve ser o eixo fundamental da política económica.

EM FOGO



CABOS ÁVILA

«Campo de concentração» vigiado pelos homens de Soares Carneiro

O ambiente que se vive na empresa Cabos Ávila é de intensa repressão de carácter absolutamente fascista. A situação é a tal ponto grave e atentatória dos mais elementares direitos humanos dos trabalhadores, que estes, referindo-se à empresa, a apelidam de «campo de concentração».

Para se dar uma ideia da actuação patronal, refira-se que existem na empresa cerca de 80 ex-comandos, contratados através da respectiva Associação, que tem como presidente o general Soares Carneiro.

A sua missão consiste essencialmente em policiar, dissuadir, intimidar e desmobilizar os trabalhadores. Estes autênticos gorilas, à triste maneira fascista, reúnem regularmente com a administração de quem recebem ordens para, entre outras coisas, espalhar boatos, difundir notícias alarmistas e caluniar Sindicatos, com o objectivo de estabelecer a confusão e virar os trabalhadores uns contra os outros.

Recentemente, o responsável pela organização dos homens de Soares Carneiro na empresa agrediu um trabalhador contratado a prazo, o qual foi posteriormente despedido. Motivo: era ex-comando e revoltou-se contra o que ali se passava, denunciando-o abertamente, num plenário.

A contratação dos gorilas iniciou a escalada contra os trabalhadores. Hoje a lista das ilegalidades patronais, abrange praticamente tudo o que é possível. O desrespeito pelas leis é geral.

O ACT, por exemplo, não é cumprido em inúmeros casos. A actividade das Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT's) é sistematicamente impedida, por diversas formas, sendo os seus membros alvo de discriminações e perseguições constantes. 57 trabalhadores foram arbitrariamente colocados na inactividade e posteriormente transferidos para outros postos de trabalho, nalguns casos implicando mudança de profissão.

Os horários de alguns trabalhadores em regime de turnos, foram unilateralmente alterados e o respectivo subsídio suprimido. No princípio deste ano, 20 trabalhadores de reconhecida competência e largos anos de serviço foram mandados para casa, por tempo indeterminado, continuando a administração a contratar pessoal a prazo, para tarefas que aqueles poderiam desempenhar.

O impedimento do acesso de dirigentes sindicais à empresa é prática corrente desde 1976, bem como a sabotagem dos plenários, chegando a administração ao cúmulo de encerrar as instalações obrigando à sua realização na rua. Já no decurso deste ano, e no espaço de 15 dias, foram levantados vários processos disciplinares baseados em acusações fantasistas e mentirosas. Entretanto, vários despedimentos selectivos foram levados a cabo, incidindo essencialmente sobre os membros das suas ORT's. Mais recentemente,

e em apenas 24 horas, foram instaurados 8 processos disciplinares.

As «últimas» desta triste mente célebre empresa foram a já referida agressão seguida de despedimento, a proibição ilegal da realização da eleição de Delegados Sindicais nas instalações da empresa e a suspensão, por motivos ridículos, de duas trabalhadoras da creche.

Contra toda esta situação, os trabalhadores têm lutado em estreita ligação com as suas estruturas de empresa e Sindicato maioritário, o SIESI - Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas. No passado mês de Junho, duas grandes paralisações, uma de 24 horas e outra de 48, constituíram uma afirmação da unidade e espírito combativo dos trabalhadores na luta pelos seus direitos.

As manobras da administração fora-da-lei dos Cabos Ávila têm, cada vez mais, a resposta pronta e firme por parte dos trabalhadores. As recentes eleições para os delegados sindicais do SIESI, proibidas legalmente e sem qualquer fundamento sério, realizaram-se à porta da empresa e tiveram uma participação massiva, com cerca de 90% de votantes.

A luta destes trabalhadores tem sido tenaz e mesmo heróica. O seu exemplo é de apontar, pois o seu combate ultrapassa os portões da sua empresa. Se os camaradas dos Cabos Ávila baixassem os braços, o patronato não tardaria a aplicar noutros locais a mesma receita. Por isso têm a solidariedade de milhões de trabalhadores e democratas na luta que travam pela reposição da legalidade, da justiça e da democracia. Para que não tenham que chamar ao local onde todos os dias vendem a força do seu trabalho «o campo de concentração».

Trabalhadores do Metro e da Carris fizeram da unidade trampolim para a vitória

Os problemas comumente enfrentados pelos trabalhadores portugueses em matéria de contratação colectiva, fizeram-se sentir desta feita no Metropolitano de Lisboa, E. P. e na Companhia Carris de Ferro de Lisboa com matizes próprios de uma orientação governamental que a respeito do sector de transportes tem procurado inculcar no público utente e na população em geral ideia de um sector deficitário, sem lhe explicar as razões, para logo de seguida transformar os trabalhadores e as populações nas primeiras vítimas de uma tal situação. Quer isto dizer que, **um governo avesso aos interesses dos trabalhadores e do nosso povo, como é o Governo «AD», avoluma os problemas da negociação dos contratos colectivos quando, de um modo absolutamente primário, procura a solução para os graves e complexos problemas do sector** (que só a adopção de medidas de fundo poderiam resolver) **na redução gravosa da massa salarial por um lado, e, por outro, no aumento puro e simples das tarifas.**

Numa curta retrospectiva do que foi a luta dos trabalhadores da Carris e do Metropolitano, é fácil ver que uma tal estratégia foi oportunamente desmascarada e vencida.

Comecemos pelo aumento das tarifas.

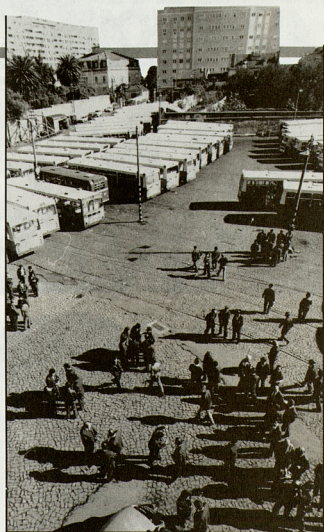
É este um dos procedimentos habituais do governo, quando pretende explorar

a impopularidade de uma greve. Só que, neste caso, tentou alijar das suas costas a responsabilidade, que é toda sua, de novos aumentos tarifários, cuja necessidade é discutível, sobretudo se tivermos em conta que os trabalhadores têm apresentado medidas que, se fossem postas em prática, contribuiriam decisivamente para a resolução dos problemas que se debatem em empresas de transportes. Optar pelo aumento de tarifas sem que nenhum passo seja dado para introduzir estas medidas, é, de facto, pôr em prática uma política comprovadamente antipopular.

Já sobre a luta desenvolvida pelos trabalhadores com vista à reposição do seu poder de compra, queremos salientar o facto de, pela primeira vez, de uma forma clara, o Governo ter tentado impôr um tecto salarial, a que os trabalhadores se opuseram com êxito.

Quando em 28 de Novembro os Sindicatos suspenderam a greve marcada para esse dia, encontravam-se em vigor há 17 meses enquanto as negociações infrutíferas na fase directa tinham entrado já no seu terceiro mês.

Conforme os sindicatos declararam em conferência de imprensa, por trás da estratégia paralisante do Conselho de Gerência do Metro e da Comissão Administrativa da Carris, permanecia uma «política salarial ditada pelo governo, que se traduzia na



imposição de um limite manifestamente exiguo para o aumento da massa salarial». Foi fácil às CNS concluir que, em completa violação do princípio da liberdade negocial das partes e à margem da lei da contratação colectiva, se pretendia impôr um tecto salarial que, referindo-se à massa salarial global, e não apenas à tabela salarial, se revelava bastante mais gravoso que os que vigoraram sob outros governos.

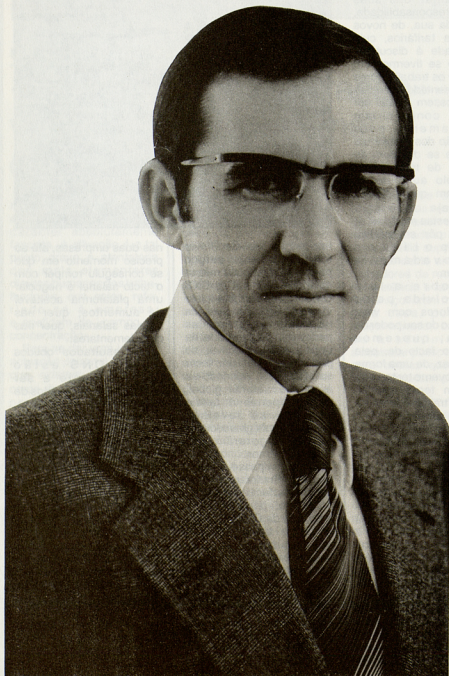
Um tal impasse obrigou os trabalhadores a irem para a luta, facto que o C. G. do Metro, primeiramente, e a C. A. da Carris depois, aproveitaram para unilateralmente solicitar a passagem das negociações à fase de conciliação, numa manobra em que os sindicatos viram mais uma tentativa de arrastamento das negociações.

Daí que a luta tenha sido sucessivamente agravada

nas duas empresas, até ao preciso momento em que se conseguiu romper com o tecto salarial e negociar uma plataforma aceitável de aumentos, quer nas tabelas salariais, quer nas complementares.

Os resultados obtidos pelas CNS estão presentemente a ser analisados em plenários de trabalhadores. No entanto, os sindicatos consideram o saldo positivo, particularmente a partir da altura em que se furou o tecto salarial. Por outro lado, é patente que os trabalhadores para conseguirem os seus objectivos usaram a greve — um direito que, sem dúvida, lhes assiste — mas fizeram-no sem entrar no terreno para que o governo, com as suas posições nitidamente provocatórias, os tentava empurrar, para daí vir a colher dividendos que não seriam certamente favoráveis aos trabalhadores.

RAMALHO EANES



Esta entrevista foi dada pelo general Ramalho Eanes ao semanário «O Ponto», antes da sua reeleição.

Porque ele aí se refere a problemas que dizem respeito aos trabalhadores e às suas organizações, consideramos oportuno transcrever neste número os extratos relativos a essas questões.

A entrevista revela um pensamento virado para o «consenso social» (conciliação de classes), mas identifica também, com toda a clareza, uma personalidade democrática.

(...)

— Argumenta-se com a possível entrada para a CEE para justificar alterações a leis que regulamentam direitos fundamentais dos trabalhadores, nomeadamente o direito à greve, o direito ao trabalho — lei dos despedimentos — e direitos sindicais. Considera válido o argumento?

«O argumento, se existe, é falso, nem nunca o ouvi nos meus contactos com os dirigentes dos países da CEE. É falso desde logo porque não existe uma legislação unificada das questões laborais nos países do Mercado Comum, como não existem pré-condições nesta matéria no Tratado de Roma. Cada um dos países tem a sua própria legislação laboral, e naturalmente, em todas elas se defendem os direitos e as garantias fundamentais dos trabalhadores, que são uma parte integrante de todo

e qualquer sistema democrático ocidental».

— **No caso de ser reeleito, o senhor Presidente promulgaria leis que restringissem esses direitos?**

«Como sabe, a Assembleia da República tem legitimidade para legislar sobre a regulamentação concreta desses direitos e garantias fundamentais. Isso obviamente não implica que o faça procurando restringir, ou limitar, direitos, constitucionalmente previstos. Seria absurdo que adoptasse uma tal orientação e, na medida em que infringisse as normas constitucionais, o Presidente da República teria de usar os seus poderes para fazer valer a legalidade democrática. É a sua obrigação estrita.

Não saímos da ditadura para cair num regime que de democrático só tenha a fachada, nem a esmagadora maioria dos portugueses o permitiria, pois é claro o seu empenhamento na defesa dos valores democráticos e, em primeiro lugar, na defesa das liberdades, dos direitos da pessoa humana, dos direitos sociais. Devo dizer-lhe que a minha convicção profunda é que os problemas da democracia se resolvem com a democracia, nunca com a restrição da democracia e dos direitos fundamentais. Se pensasse que seria impossível defendê-los não seria autenticamente um democrata».

— **Como aprecia a acção dos trabalhadores e das organizações sindicais no que respeita à utilização do direito à greve?**

«Os trabalhadores portugueses têm demonstrado, ao longo deste período do meu primeiro mandato, uma consciência notável dos problemas que o País teve de encarar e das dificuldades que atravessa. Isso foi demonstrado em todas as ocasiões, com dignidade e com o respeito permanente pela legalidade democrática. O direito à greve é um direito constitucionalmente previsto, é um direito dos trabalhadores em todos os países democráticos europeus, são os trabalhadores que devem pronunciar-se sobre a utilização que dele fazem, no quadro das regras estabelecidas».

— **Concretamente, no que diz respeito à lei dos despedimentos, pensa ser necessária a sua revisão no sentido de facilitar a actuação do patronato e de possibilitar novos investimentos?**

«Não creio que qualquer instrumento de legislação laboral possa ser produzido, ou alterado, de forma a beneficiar unilateralmente um agente económico, empresário, sindicato ou trabalhador. Por um lado existe uma regra essencial que orienta a intervenção do poder político nestas matérias, é a regra da imparcialidade e da isenção. Caso contrário a sua intervenção não seria senão uma fonte adicional de tensões, de conflitos, de injustiças, que poria em causa o prestígio do próprio poder político»



«Não saímos da ditadura para cair num regime que de democrático só tenha a fachada»

•

«A estabilidade social só será possível se os direitos dos trabalhadores forem claramente respeitados»

•

«O direito à greve é um direito constitucionalmente previsto (...) são os trabalhadores que devem pronunciar-se sobre a utilização que dele fazem, no quadro das regras estabelecidas»





democrático e a sua função de regulação. Por outro, existem normas e existe já uma tradição de negociação em que o poder político se obriga a ouvir os parceiros sociais e a procurar, como lhe compete, os consensos indispensáveis que garantam soluções estáveis, que sejam aceitáveis por todos, tanto quanto possível, e que, desse modo, sejam efectivamente respeitadas e cumpridas. No caso concreto que referiu, penso que não existirá, para a maioria dos investidores, um verdadeiro problema acerca dos despedimentos e os indicadores económicos de que disponho, os dados referentes ao relançamento do investimento em Portugal, não permitem inferir uma correlação no nosso caso concreto. Será mais um dos argumentos falsificadores da situação concreta».

— **Que medidas considera necessárias para o combate ao desemprego?**

«Deixe-me dizer-lhe, antes de mais, que é urgente que a redução dos níveis de desemprego, a sua redução drástica, seja assumida por todos os responsáveis, políticos, económicos, sindicais, como uma prioridade nacional se não queremos correr o risco de criar situações de conflito grave e feridas sociais irreparáveis, nomeadamente nos jovens que procuram sem êxito o seu primeiro emprego, uma carreira profissional efectivamente adequada à sua formação e às suas competências e capacidades. Doutra modo, a solidariedade social, o valor dos vínculos que nos unem como comunidade nacional seria afectado, o que é inaceitável, como é inaceitável que uma sociedade civilizada não tenha uma atenção permanente para com os jovens, cujo trabalho

é essencial para as tarefas de modernização e de desenvolvimento do País. Em termos de medidas, todos os que conhecem este problema e os modos como tem sido enfrentado, nomeadamente nos países europeus, sabem que existem medidas compensatórias eficazes, para proteger os desempregados, com a intervenção do Estado. É uma obrigação permanente de qualquer poder que se vincule aos princípios da solidariedade social e devo dizer que, se a situação social dos desempregados em Portugal evoluiu favoravelmente depois do 25 de Abril de 1974, ela ainda é gravosa em termos de dignidade e as medidas já existentes são insuficientes.

O problema da resolução do desemprego e da sua redução efectiva é mais complexo e dir-lhe-ei, neste momento apenas que as políticas a definir se devem enquadrar numa estratégia integrada, orientada para o desenvolvimento e para a modernização da nossa economia e para uma efectiva solidariedade social que devem ser estabelecidas a partir do consenso, com a participação prevista nas nossas instituições dos agentes económicos, na medida em que se trata de uma prioridade nacional».

— **Tem manifestado nas suas intervenções preocupação pelo possível agravamento da crise económica internacional e pelas suas consequências para Portugal.**

«Que medidas encara como forma de ultrapassar essas dificuldades? Designadamente, preconiza a contenção e a redução dos salários reais dos trabalhadores?»

«A crise existe, é real e o dever do Presidente da República, aliás como de qualquer responsável democrático, é dizê-lo, com toda a verdade, aos portugueses, que sofrem já as suas

consequências, no seu quotidiano, nos seus rendimentos. Os trabalhadores já suportaram grande parte das medidas de austeridade estabelecidas a partir de 1977, pela necessidade imperiosa de evitar a ruptura da nossa balança de pagamentos externos. Disse-o e repetiu-o.

«Suportaram-nas em dimensões de sacrifício que poucos considerariam possíveis e em ambiente de paz social pouco vulgar. Mas este não poderá ser o eixo principal das políticas necessárias de resposta à crise, sob pena de criar situações tanto ou mais perigosas do que a própria crise que nos vem do exterior. Temos de enfrentar a crise solidariamente, repartindo os sacrifícios que serão necessários e repartindo-os efectivamente e com justiça e equidade, ou não a poderemos enfrentar nem superar».

— **Que papel poderão desempenhar os trabalhadores e as suas organizações na resolução da crise?**

«É evidente que, sem a motivação activa e a participação consciente dos trabalhadores não poderá existir resolução da crise, não poderá existir uma resposta nacional que é imprescindível para a sua resolução.

«Enfrentar a crise com eficácia pressupõe capacidade de modernização do sistema produtivo, novas técnicas, criadas e adaptadas pelos nossos técnicos, um grau crescente de qualificação e de especialização dos nossos trabalhadores, uma formação mais intensiva, a sua motivação para as tarefas produtivas, a estabilidade social, que só será possível se os direitos dos trabalhadores forem claramente respeitados, e, em primeiro lugar, o seu direito a uma vida digna e à remuneração justa do seu trabalho, tanto como os seus direitos sindicais e de participação. Creio igualmente que as organizações sindicais saberão respeitar os imperativos que a crise nos impõe, participarão do esforço que a todos deve ser exigido, com justiça, sem que isso implique, pelo contrário, que deixem de desempenhar cabalmente a sua função de defesa dos interesses dos trabalhadores que representam».

(...)

Não podemos deixar de considerar positivos, no seu conjunto, os compromissos aqui expressos pelo Presidente da República sobre os temas abordados. Ninguém substitui os trabalhadores na defesa dos seus interesses.

As afirmações do general Ramalho Eanes, pelo lugar que ele ocupa, são uma indicação de que a sua vitória sobre Soares Carneiro veio criar melhores condições para a luta dos trabalhadores na defesa dos seus interesses.

Empregos para jovens precisam-se

Num destes dias de Outono, resolvemos acompanhar um jovem desempregado numa viagem funesta à procura de emprego.

Fizemos aquilo que fazem diariamente muitos milhares de desempregados, apegados ainda à esperança de no momento menos esperado encontrar ocupação. Começámos por ir a um centro de emprego onde o nosso acompanhante estava inscrito há cerca de um ano.

Logo pela manhã, estava já formada uma pequena bicha, onde predominava juventude, algumas mães de 16 e 19 anos de filhos nos braços, além de alguns homens e mulheres cuja expressão carregava muito mais de 40 anos. A recepção é idêntica às recepções da generalidade dos organismos públicos. Falta de uma definição correcta de competências e responsabilidades, primitivismo na organização, aliada a alguma antipatia da parte do pessoal administrativo que nem sempre zela por preservar os bons modos exigidos a quem exerce uma profissão em contacto permanente com o público. Enquanto o nosso companheiro foi passando pelas formalidades burocráticas que conduzem à entrevista desejada, fomos indagando os porquês da presença ali dos vários desempregados.

O António estava inscrito desde 1977, tinha experiência como empregado de escritório, e nunca tinha sido chamado para preencher qualquer vaga existente nalguma empresa. Tinha respondido à mais de 50 anúncios dos jornais, sem qualquer êxito. Do seu agregado familiar apenas trabalha o pai, que suporta ainda as despesas de outro irmão, igualmente desempregado e à espera de ser pai dentro de poucos meses.

O João tinha saído da tropa há cerca de oito meses. Antes do ingresso no serviço militar, tinha trabalhado esporadicamente em computadores. As suas restantes ocupações tinham sido com



contratos a prazo. As empresas por onde tinha passado, utilizavam o escape do contrato a prazo para inviabilizar a atribuição de trabalho permanente numa vaga efectivamente existente. Ele próprio se certificou de que numa delas, quando saiu foi imediatamente admitido um outro jovem com contrato a prazo por um mês, e posteriormente substituído este por outro contratado. Quanto aos anúncios dos jornais, era difícil contar as respostas dadas, uma vez que todos os dias respondia a quatro ou cinco, sem qualquer resultado prático.

A Ana tinha nos braços um filho de quatro anos. Estava ali porque era mãe e o filho precisa que os pais lhe criem o mínimo de condições para que se desenvolva normalmente e possa caminhar com menos acidentes do que os seus progenitores. Por acaso já

tinha sido chamada a responder a uma vaga de dactilografia. Porém, depois da entrevista na empresa, já lá vai um ano, nada mais aconteceu.

O Carlos tinha acabado a sua entrevista. Cabisbaixo, desabafou para quem quis ouvir: «Anda aqui uma pessoa para trás e para a frente e não consegue arranjar nada. Ainda não consegui perceber para que são estes serviços se são eles os primeiros a dizer-nos que não conseguimos resolver nada. Os pedidos das empresas são para profissões especializadas; como querem a nossa especialização se não tivemos ainda oportunidade de a adquirir?».

Indagámos quais eram as profissões com vagas. Disse-nos, de contabilidade, 1.º e 2.º escriturários; enfim, vagas





que nunca podem ser preenchidas por jovens que saem das escolas e ficam três e quatro anos sem nada aprender.

AS GRANDES EMPRESAS

O nosso acompanhante acabou de ser recebido e, como era de esperar, veio de mãos vazias. perante a nossa curiosidade, fomos a três grandes empresas com estabilidade económica e com carteira de encomendas largamente promissoras. Esperávamos encontrar uma situação diferenciada de empresas em graves dificuldades, cujos quadros de pessoal, por força das circunstâncias, não sofrem grandes flutuações. Encravadas em sectores de actividade vitais na nossa economia, era de esperar que problemas de formação profissional assim como de envelhecimento de quadros, não se registassem. Porém, essa não é a realidade e se é que se deve realçar um certo otimismo nesse sentido, ele fica muito aquém das necessidades do país e da própria viabilidade das empresas.

Verifica-se que não se registam admissões de pessoal numa delas desde 1974 e nas outras duas desde 1976. Enquanto isto, não raro se recorre ao trabalho extraordinário, que não permite a entrada de jovens por forma a equilibrar o envelhecimento acentuado dos quadros de pessoal, o que a curto prazo provocará forçosamente dificuldades.

É pertinente perguntar-se: se as grandes empresas que congregam gestores dos mais qualificados, assim como possuem tecnologia avançada, não escam uma boa parte de jovens que vão engrossando o mercado de trabalho, quem poderá dar saída à situação de desemprego existente no país?

GOVERNO AD MUITA PARRA POUCA UVA

Já muito se tem dito sobre a demagogia dos ministros deste Governo, especialistas em cozinha de promessas, sobretudo em tempos eleitorais. No caso do Ministro do Trabalho, tem dito muito, mas concretizado pouco.

Eusébio de Carvalho, utilizando em toda a força a Comunicação Social, tem tentado fazer crer à opinião pública que alguns programas ultimamente concretizados viabilizarão o decréscimo do desemprego. Os factos impõem contudo que se diga que tais programas estão completamente desenaiziados dum política de desenvolvimento e são de alcance muito limitado. Assim verificamos, por exemplo, que o «Programa para jovens em tempo de férias» atingiu um número diminuto relacionado com os mais de 300 000 jovens desempregados existentes hoje em Portugal. Da mesma forma, a «Acção Piloto de Formação para Jovens», implemen-

tada em colaboração com o Ministério da Educação e Ciência e com algumas grandes empresas, atingiu apenas 160 jovens que, mesmo assim, depois de três anos de aprendizagem não têm qualquer garantia de colocação, uma vez que ninguém está obrigado a admiti-los depois do dispêndio de alguns milhares de contos. De que serve a aprendizagem, se os organismos que gastam o dinheiro em tais programas não ficam responsabilizados por encontrar colocação para os jovens?

QUE FUTURO?

Se tomarmos como causas genéricas do elevado índice de desemprego em Portugal, o estacamento do caudal da emigração, assim como o fim da guerra colonial que ocupava uma boa parte dos jovens portugueses, bem como a crise económica que grassa no país com reflexos particulares na manutenção dos postos de trabalho e na criação de novos, pode dizer-se que o futuro é bem sombrio.

Com efeito, as estatísticas são mais do que alarmantes.

Quadro I
Distribuição da emigração por países de destino

Espaços Geográficos	1972 Vol.	1973 Vol.	1974 Vol.
América do Norte	14 577	15 726	21 253
América do Sul	4 818	6 204	3 289
Europa	84 854	100 677	44 492
Resto do Mundo	476	489	1 408

Quadro II
O desemprego nos países

Canadá	446	495	525	241	9 137
EUA	3 852	4 088	5 078	7 309	85 936
Japão	580	550	740	1 091	52 010
CEE	12 657	1993	3405	220	102 049

Fonte: Boletim da OCDE (em milhões)

Assim constatamos que os próprios países tradicionalmente receptores dos nossos emigrantes têm vindo a fechar as portas, o que revela também que eles próprios estão a braços com graves dificuldades internas, donde, é crescente o número de desempregados, particularmente nas camadas mais jovens. A década de 70 foi um época de crise permanente, com acelerações variadas no crescimento do desemprego, mas com índices de desemprego perturbadores.

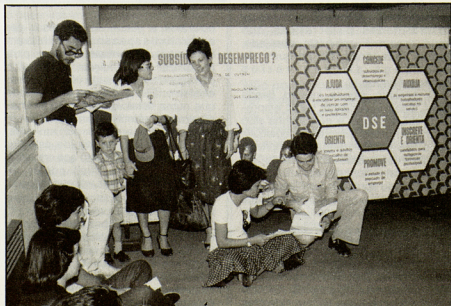
Quadro III
População Activa Civil Desempregada



Internamente, o quadro III reflecte uma incapacidade particular dos governos para absorver a massa de desemprego existente, e embora se registre uma certa estagnação em 78/79, ela é mais aparente do que real, uma vez que os organismos encarregados das estatísticas nacionais não conseguem consenso sobre a realidade do desemprego a nível nacional.

Cumprir perguntar: que vida vão ter os jovens sem ocupação legados pela década de 70, e os que ingressaram no mercado de emprego na presente década?

Francisco Coelho
Eduardo Dias



SOLIDARITEIT MET PORTUGAL

TULIPA VERMELHA

1

2

3

4

5

Solidariedade internacional com a Reforma Agrária



A Reforma Agrária de Portugal tem sido o alvo de constantes agressões desde 1976. Apesar dos cortes de crédito, da retirada de terras, de gados e máquinas, as UCPs continuam a ser defendidas pelos trabalhadores intransigentemente. Com esta luta eles têm despertado a solidariedade de grande parte do povo português e de amigos de outros países, com especial destaque para os holandeses.

Desde o início do processo, estudantes e professores têm visitado as UCPs e nelas trabalhado. O interesse humanitário provocou descobrimentos no interesse científico. Portugal passou a ser tema de aulas, de artigos, de livros, de exposições. Nasceram organizações voltadas unicamente para o apoio à Reforma Agrária, tocando de perto o sentimento solidário daquela juventude generosa, de católicos e protestantes, das várias correntes políticas defensoras da democracia. Os centros universitários de Nimega Wageningen e Haia criaram especialistas nas questões agrícolas de Portugal. Pode mesmo dizer-se que a defesa da Reforma Agrária de

Portugal assumiu o papel de agente unificador de tendências políticas ou religiosas. É a defesa das liberdades democráticas.

UM LAGAR FINANCIADO POR ORGANIZAÇÃO CRISTÁ HOLANDESA

Recentemente, a Cooperativa Agro-Campo Maior que reúne três UCPs e 450 pequenos agricultores, recebeu o financiamento integral para a construção de um lagar de azeite. A entidade financiadora é a CEBEMO - instituição que reúne o Commissariado Holandês das Missões Católicas no Exterior, Acções de Ajuda dos Bispos Holandeses ao Terceiro Mundo, Fundação de Ajuda aos Países em

Desenvolvimento e CARITAS. Tal ajuda, vinda de tão longe, incentivou outras formas de solidariedade em Portugal. Desde o projecto de construção do edifício até à instalação do equipamento mecânico, produzido na empresa nacional Duarte Ferreira, muitos foram os que acrescentaram com boa vontade a sua colaboração para que a cooperativa tivesse o seu lagar.

VENCER O BOICOTE À INFORMACÃO

Tal empreendimento, que durante a fase de maior agressão à Reforma Agrária abre novas perspectivas de acção popular em

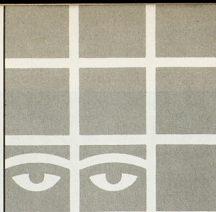




benefício da economia nacional e de melhorias nas condições de vida e de trabalho, foi reconhecido pelos holandeses como uma acção da maior importância. A revista «BUEEN» publicou em seis páginas uma reportagem sobre Campo Maior e o que aí se realiza: a organização das UCPs, o aumento da produção, as agressões desencadeadas pelo Ministério da Agricultura, a construção do lagar de azeite, a confiança dos trabalhadores mesmo submetidos às maiores pressões e ameaças. Em vários jornais, na rádio e televisão da Holanda, Bélgica e RFA, tem sido feita a divulgação da nossa realidade. Só temos a agradecer essa valiosa colaboração que rompeu o boicote à informação do que se passa com a Reforma Agrária. Se em Portugal a maioria dos órgãos de comunicação nega o seu espaço às informações objectivas, pelo menos em outros idiomas e para outros povos, a verdade é relatada. O que é lastimável é que os estrangeiros possam estar melhor informados sobre a realidade de Portugal que os próprios portugueses. Mas o efeito dessa informação acaba por atingir os portugueses, pelo esforço maior que os amigos holandeses têm desenvolvido, enviando-nos a tradução dos artigos e notícias sobre as campanhas de solidariedade que algumas vezes têm sido publicados como matéria paga nos jornais de Lisboa.

TULIPA VERMELHA - IMIGRANTES E HOLANDESES

Nessa função destaca-se a Tulipa Vermelha, de Amsterdam, que edita um boletim em holandês e outro em português, acompanhando passo a passo o desenrolar do processo em Portugal. Das suas actividades destacam-se as edições de diversos materiais de propagação - emblemas, postais (60 mil exemplares), sacos de compras, cartazes, autocollantes e um LP de canções portuguesas. Todo o trabalho é realizado por voluntários e as suas campanhas de fundos já têm recolhido muitos milhares de florins que são enviados, também como forma de solidariedade, à Reforma Agrária, às organizações de pequenos



HELP DE PORTEGUESE
POLITIEKE GEVANGENEN

postgiro 2465235
t.n.v. TULIPA VERMELHA

Postbus 12039 - AMSTERDAM

agricultores do Centro e Norte de Portugal e às CERCs. Recentemente foi elaborado um álbum fotográfico sobre a Reforma Agrária, em cinco línguas: foi feita por estudantes de uma escola superior de arte uma ampla cobertura da vida nas UCPs, das transformações de vida no campo, de toda a criatividade derivada do processo da Reforma Agrária. A Tulipa Vermelha assumiu também esta função de editora.

O EXEMPLO DA SOLIDARIEDADE

O exemplo que nos vem da Holanda é de solidariedade e confiança. Não são apenas os holandeses os participantes nessa acção organizada. São também os imigrantes que encontram aí uma oportunidade para trabalharem pelo seu país. Enfrentam uma árdua tarefa para mobilizar pessoas e recursos na construção de uma obra duradoura.

A criatividade expande-se de várias maneiras: desde os balões de ar com o símbolo da Reforma Agrária até artigos e livros, em todas as iniciativas germina a solidariedade. Técnicos agrícolas têm vindo a produzir nas UCPs. Eles lutam com dificuldades para aprender o português, aceitam as condições (às vezes precárias) de permanência no campo, nada recebem como remuneração. Trabalham lado a lado com os homens e mulheres da Reforma Agrária e contribuem com o seu saber para a melhoria da produção. Sentem-se realizados ao verem o êxito nas colheitas, nas ordenhas, na criação de gado. Não é o simples altruísmo,

SOLIDARIEDADE MET PORTUGAL



TULIPA VERMELHA

postbus 12039, Amsterdam
postgiro 2465235
postbus 334 9000 Gent
rek. 979 4514768 05

é a confiança num processo que não pode ser destruído. Hoje vemos os frutos desse esforço. Estamos diante duma gigantesca ofensiva contra a Reforma Agrária, mas diante dela levanta-se não só a decisão dos trabalhadores agrícolas de prosseguirem nas suas conquistas, como ainda a corajosa vocação de solidariedade dos emigrantes portugueses e amigos estrangeiros.

Os visitantes que querem conhecer e trabalhar nas UCPs, chegam todos os dias. São noruegueses, suecos, holandeses, dinamarqueses, belgas, franceses, etc.. Conhecedores das experiências mundiais da Reforma Agrária e das orientações da ONU, das universidades, dos institutos internacionais, no sentido de abrir caminho para a realização de processos semelhantes em todo o mundo, os estudantes e professores estrangeiros chegam até nós com a confiança de que aqui também a Reforma Agrária seguirá o seu curso com êxito. Não supõem eles que o próprio Ministério da Agricultura queira destruir as UCPs. É de tal modo sem lógica esta actividade governamental, que não lhes parece verdadeira.

A defesa das conquistas do 25 de Abril não encontra fronteiras. Quando é obrigada a catar-se num dos lados, levanta-se com mais força no outro. Muitos têm sido os prejuízos causados pela política de destruição do Ministério da Agricultura mas há conquistas indestrutíveis. Uma delas é a amizade criada entre os povos e a firme determinação de defender a democracia e o desenvolvimento económico que nos campos do Alentejo e Ribatejo se traduzem em Reforma Agrária.

Zillah Branco

Horários do Governo atrasam-se 100 anos



● 1886, nos EUA: operários desencadearam uma greve geral vitoriosa de apoio às oito horas de trabalho diário. A violentíssima repressão desencadeada pelo poder levou à força cinco operários — os «mártires de Chicago», em memória de quem se transformou o dia 1 de Maio, no «Dia do Trabalhador».

● 1872, em Portugal: foi reivindicada por trabalhadores a diminuição do horário de trabalho.

● 1918, em Portugal: a União Operária Nacional exige junto do governo republicano a institucionalização do horário de oito horas diárias.

● Em 1919, em Portugal: uma lei fixa as 8 horas diárias para o sector industrial.

● Em 1919, a OIT aprova a 1.^a recomendação e consagra as oito horas diárias de trabalho.

● Em 1933, na Itália, o próprio Estatuto Nacional de Trabalho de Mussolini determina que o período normal de trabalho não pode ultrapassar as 8 horas diárias e as 48 semanais.

● Em 1936, a OIT aprova uma nova recomendação a favor do horário semanal de 40 horas.

● Em 1962, em Portugal: é institucionalizado o horário de

8 horas para o sector agrícola.

● Em 1962, a OIT reafirma a recomendação da Semana de 40 horas.

● Em 1974 em Portugal, os trabalhadores do comércio conquistam a semana inglesa e o horário de 44 horas semanais.

● Em 1980, em Portugal, o governo apresenta um Projecto de novos horários que prevê o trabalho durante 12 horas diárias e 55 horas semanais e o fim do descanso obrigatório ao domingo. A «Alavanca» inicia neste número uma análise dos objectivos, que se encontram por detrás deste projecto brutal

que a ser concretizado marcaria um retrocesso de cem anos nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores portugueses. E porque, estamos certos serem os interesses económicos egoístas duma minoria desejosa de recuperar rapidamente regalias perdidas com o 25 de Abril as principais causas da iniciativa governamental, publicamos neste número, um artigo de um antigo dirigente sindical, caldeado justamente na luta por horários dignos e que sendo hoje um economista nos aponta algumas linhas de reflexão sobre os objectivos que se perfilam por detrás de tão desastroso projecto.



Trabalhar de novo de Sol a Sol?



AINDA O PROJECTO DE DECRETO-LEI SOBRE DURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TEMPORAL DO TRABALHO

A publicação pelo governo «AD», na Separata n.º 8 do Boletim do Trabalho e Emprego de 29/8/80, do projecto de Decreto-Lei sobre «Duração e Organização Temporal do Trabalho», desencadeou por todo o país uma grandiosa onda de repúdio por parte de todo o movimento sindical, das autarquias, de muitas associações de comerciantes e outras organizações cívicas, dos Partidos Democráticos e da imprensa, de organizações e entidades ligadas à Igreja, etc.

Nunca, depois do 25 de Abril, um projecto de Decreto-Lei governamental visando criar condições, para o retorno e desenvolvimento dos monopólios nacionais e estrangeiros, aumentar a exploração das massas trabalhadoras e destruir os pequenos

e médios empresários, mereceu uma resposta de repúdio tão generalizado e fez convergir na mesma luta tão diversos sectores da vida nacional.

No essencial, os aspectos retrógrados mais perceptíveis no projecto de Decreto-Lei do governo foram criticados e repudiados pelo movimento sindical e pelas organizações e entidades já referidas.

Foram eles:

- Tentativa de impôr aos trabalhadores 12 horas diárias de trabalho efectivo e 55 horas semanais;
- A possibilidade dos trabalhadores serem obrigados a permanecer nas empresas 24 horas diárias ou 110 horas semanais;
- A possibilidade de os trabalhadores verem o seu salário reduzido a metade

quando o projecto do governo «AD» defende que o tempo de mera disponibilidade ou simples presença (do trabalhador no local de trabalho) é contado apenas em metade para efeitos de retribuição;

- A obrigatoriedade de trabalhar gratuitamente «para compensar suspensões de trabalho por causas accidentais ou de força maior»;
- A liquidação da Semana Inglesa e do descanso ao Domingo do sector Retailista;
- A atribuição exclusiva ao patronato explorador, em detrimento das competências das autarquias locais, para regular, de acordo com os seus interesses, o período de abertura dos estabelecimentos de venda ao público, etc. etc.

A luta organizada, pelo movimento sindical, contra o projecto de Decreto-Lei dos Horários de Trabalho e também a participação e intervenção nesta luta de outras organizações e autarquias, etc, contribuiu decisivamente para o desmascaramento e condenação dos objectivos do governo implícitos e explícitos no Projecto em questão.

Todavia e de acordo com a resolução do Plenário da CGTP-IN realizado em 8/11/80, o trabalho já desenvolvido à volta desta questão deve continuar a ser aprofundado e alargado tendo em conta o estudo da realidade económica e social do país, à necessidade de promover o esclarecimento e auscultação dos trabalhadores e, conseqüentemente,



Não ao fim da Semana Inglesa e ao trabalho ao domingo!



Não à prestação de trabalho gratuito

o estudo de alternativas e a organização da acção de massas pela defesa dos direitos adquiridos.

Com este objectivo e nesta perspectiva pensamos que seria importante fazer-se uma tentativa para abordar a questão da «Duração e Organização Temporal dos Horários de Trabalho» de forma a esclarecer ainda mais as verdadeiras motivações e objectivos implícitos no projecto de Decreto-Lei posto em discussão pública pelo governo «AD».

Nas diversas posições assumidas pelo movimento sindical e também por outras organizações e entidades foram já afloradas algumas dessas motivações e objectivos implícitos no Projecto do governo que deveriam ser aprofundados.

Questões tais como:

1. A subordinação e enquadramento das medidas previstas no Projecto de Decreto-Lei sobre Horários de Trabalho à integração de Portugal na C. E. E.;

2. A subordinação das alterações em matéria de Horários ao objectivo previsto no programa do governo «AD» de

umentar a taxa de crescimento do Produto Nacional e de um maior aproveitamento da capacidade instalada (sem aumento de custos);

3. O aumento de produtividade de (principalmente à custa do prolongamento da jornada de trabalho);

4. A dominação do mercado interno pelo grande capital comercial e financeiro nacional e estrangeiro, o que impõe a liquidação do pequeno e médio comércio. São questões que poderiam proporcionar um profundo e proveitoso debate susceptível dum maior esclarecimento dos trabalhadores e do público em geral e assegurar o continuado interesse de forças e grupos sociais que nos têm vindo a apoiar.

No que se refere à primeira questão, interessaria verificar até que ponto este problema dos Horários resulta ou não de compromissos com o grande capital financeiro e comercial dos países da CEE, e em que medida este projecto serve realmente os

interesses dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros.

Sobre a segunda e a terceira questões importaria igualmente analisá-las tendo em conta a realidade e as tendências da economia dos países capitalistas, mergulhados em profunda crise económica, política e social e dos quais, estamos profundamente dependentes. Como alcançar uma taxa de crescimento de 4% no Produto Nacional quando se prevê para aqueles países, taxas de crescimento zero ou de 1 a 2%?

Até que ponto este projecto de Decreto-Lei sobre os Horários se enquadra na tentativa sempre prosseguida pelo capital de aumentar as taxas de mais-valias e de lucro designadamente através do aumento da produtividade, ou seja, através de uma maior exploração das massas trabalhadoras.

Por último, e no que se refere à 4.ª questão, haveria que aprofundar-se mais sobre as consequências, para o pequeno e médio comércio, da adopção das

medidas previstas no Projecto de Decreto-Lei dos Horários de Trabalho.

Será que a defesa do pequeno e médio comércio quer significar que o movimento sindical em geral e a organização sindical dos trabalhadores do comércio em particular, defendem a manutenção de estruturas arcaicas e sem qualquer viabilidade e se recusam a estudar e apresentar propostas de inovação tão necessárias ao nosso comércio?

Estas e muitas outras questões que se poderiam colocar acerca dos verdadeiros objectivos do Projecto de Decreto-Lei do governo «AD», sobre a questão dos horários, deverão ser profundamente analisados com os trabalhadores em primeiro lugar, mas também em todas as organizações e entidades que até agora têm tomado posições convergentes connosco na crítica e condenação daquele Projecto.

Só num quadro de análise que contempla todas estas questões se poderia falar no estudo e elaboração de alternativa por parte do movimento sindical, para contrapor aos projectos do governo.

José M. Pinela

Plenário da CGTP-IN aprova Resolução sobre duração e horários de trabalho

Analisando o processo de contestação desencadeado pelo movimento sindical em relação ao Projecto governamental de Duração e Organização Temporal do Trabalho, o Plenário da CGTP-IN, realizado no passado dia 8 de Novembro, deliberou:

«1.º — Considerar que a entrega do parecer sindical no Ministério do Trabalho, longe de culminar uma luta, representa o início de um processo de luta de que deverão fazer parte, necessariamente, a exigência de sujeição a discussão pública de qualquer novo projecto do governo e a exigência de que o Governo realize consultas e negociações com o movimento sindical.

2.º — Que toda a estrutura sindical promova, sobre a duração e horário de trabalho, o estudo da realidade económica e social, o esclarecimento e auscultação dos trabalhadores, o estudo de alternativas e a organização da acção de massas pela defesa dos direitos adquiridos.

3.º — Que o movimento sindical prepare desde já, e com base num amplo debate com os trabalhadores, alternativas em matéria de duração e horário de trabalho, a defender perante todas as instâncias, ficando o Secretariado Nacional encarregado de tomar as medidas necessárias para esse efeito.

No texto da Resolução aprovada é salientado o forte impacto obtido junto da opinião pública pela acção de determinados sectores, designadamente do comércio. A propósito quisemos ouvir um elemento do Secretariado da Federação deste sector, José Manuel Barros que nos afirmou:

«Com efeito, embora esta tentativa legislativa do Governo AD se repercutisse, sendo concretizada, na generalidade dos trabalhadores portugueses, foram os trabalhadores dos estabelecimentos comerciais e de

prestação de serviços aqueles que mais de imediato viram o perigo que pendia sobre os seus direitos.

A problemática da duração de trabalho e da organização dos períodos de abertura e encerramento e do descanso semanal é, há muito, a questão central da actividade sindical dos trabalhadores deste sector desde que, nos inícios deste século, foi

em torno da reivindicação do descanso semanal ao domingo que ganharam forma e se implantaram os Sindicatos (ou associações de classe) representativas do sector.

A luta dos trabalhadores do comércio pela defesa do regime de Semana Inglesa deve ser assumida como um importante contributo para a luta geral dos trabalhadores portugueses contra a reconstituição dos monopólios e pela independência nacional.

Isto porque a parte determinante do comércio português é uma actividade económica ainda dependente das pequenas poupanças e não, como acontece nos países europeus vizinhos, património das grandes multinacionais que detêm toda a política de abastecimento e portanto orientam a seu belo prazer os consumos.

Assim, a liberalização dos horários de trabalho e dos períodos de funcionamento das empresas, iria favorecer a concorrência das grandes áreas de venda sobre as pequenas unidades, incapazes de acompanhar os períodos de abertura praticados por aquelas, que para tal dispõem de grandes quadros de pessoal e, inevitavelmente, possibilitar a monopolização do mercado».

Como refere a Resolução «o projecto de lei do Governo sobre a duração e horário de trabalho — como o movimento sindical demonstrou durante o recente debate público — deve ser encarado como uma das mais perigosas armas do grande patronato com vista à intensificação da exploração dos trabalhadores através do prolongamento da jornada de trabalho e com limitação acrescida da disponibilidade pessoal dos trabalhadores, à liquidação de direitos adquiridos e à degradação das condições de vida dos trabalhadores». Não voltaremos ao Século XIX.





Direitos Humanos Quem os defende?

O nosso país, e o mundo inteiro, têm sido bombardeados por uma propaganda curiosa e inédita que, no essencial, se caracteriza pela afirmação da necessidade de defender os direitos humanos e, por outro lado, com a denúncia da violação de tais direitos nos países socialistas.

Sob a expressão abstrata que tal propaganda usa, a generalidade das pessoas mal se apercebe do conteúdo dos direitos humanos a defender e da extensão das suas violações.

O certo, porém, é que a campanha do combate pelos direitos humanos e garantias do seu exercício é recente e coincidiu com a eleição de James Carter para a presidência dos Estados Unidos da América.

Mas, o que nos espanta, é a aparente paralisia que ataca as forças e estados progressistas, como se sofressem de algum pecado original perante a defesa dos direitos humanos.

E, se aparentemente assim é, também é verdade que uma análise histórica, minimamente profunda e imparcial, vai pôr a nu este curto-circuito: as mesmas forças, os mesmos interesses que têm combatido a realização e exercício dos direitos humanos apostam hoje na propaganda da sua defesa, na denúncia da sua violação.

E, se por um lado obtêm um compasso de espera na clarificação da situação, é inegável que, perante sectores pouco esclarecidos, obtiveram, embora a prazo, algum êxito.

Ao apresentarem as forças progressistas como totalitárias, ao injectarem na opinião pública expressões como «colectivismo», «marxismo», «ateísmo», etc. (como uma carga extremamente negativa e socialmente de condenar, como se se tratasse de algo marginal à sociedade

e à organização do Estado), os mentores do capitalismo demonstram o seu desespero face à crise que atravessam.

Na realidade, a campanha de propaganda em torno dos direitos humanos é sintoma evidente de que o capitalismo internacional tem de ir buscar argumentos para justificar a sua sobrevivência às forças e movimentos sociais que o combatem.

Há dez anos era impensável que um Presidente dos EUA encetasse a campanha dos direitos humanos.

Hoje, sem que o poder tenha mudado de mãos, o Presidente americano, em desespero de causa, faz de tal campanha a razão de ser do seu mandato.

Mas, como de febre se tratava, a modificação da situação no mundo permitiu ao capitalismo respirar fundo e retomar um pouco do seu fôlego.





Dá a queda de Carter, a eleição de Ronald Reagan e a afirmação deste que a campanha dos direitos humanos não seria por si retomada.

Pode-se concluir, pois, que os Presidentes dos EUA e seus próximos colaboradores, põem e tiram os direitos humanos dos seus programas como quem muda de camisa. Era a crise que o impunha.

Era uma febre, como qualquer outra.

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?

Chegados a este ponto somos levados a fazer uma pequena pausa para aforar a já clássica diferenciação entre direitos individuais e direitos sociais, económicos e culturais.

Os primeiros são havidos como uma conquista das revoluções democráticas dos finais do século XVIII, princípio do século XIX.

São tradicionalmente integrados neste grupo os direitos à vida, à integridade pessoal, à liberdade e segurança, à identidade, ao bom nome, à intimidade, à inviolabilidade do domicílio e da correspondência, à liberdade de expressão e informação, à liberdade de imprensa, de consciência, religião e culto, à deslocação e emigração, reunião e associação.

Os segundos — os direitos económicos, sociais e culturais — andam de par com os ideais socialistas e com organizações do estado socialista.

São exemplos destes os direitos à greve, direitos sindicais, à habitação, à saúde, ao trabalho, à segurança social, à educação, cultura e ensino, ao desporto, etc.

Esta simples enunciação de direitos pretende unicamente mostrar as duas facetas que podem apresentar os direitos humanos.

Questão diversa é a de saber se tais «espécies» de direitos se entrecrocaram, se colidem entre si, de tal modo que a sobrevalorização dos direitos sociais, económicos e culturais determinará o enfraquecimento, ou mesmo o desaparecimento dos chamados direitos individuais, ou se, pelo contrário, a colocação da tónica nestes direitos não levará ao afastamento e minimização dos direitos sociais, económicos e culturais.

Esta questão, como se verá, não existe.

Na realidade, se é verdade que nos Estados capitalistas desenvolvidos o respeito meramente formal pelos direitos individuais implica a violação (ou a não consagração) dos direitos individuais, implica a violação (ou a não consagração) dos direitos sociais e económicos, já é falso que o preenchimento destes últimos implique o «esquecimento» do indivíduo, a secundarização do homem, singularmente considerado.

Não é segredo para ninguém que só uma diferente organização do Estado possibilitará o acatamento dos direitos sociais, económicos e culturais.

Mas, o que se não diz é que a separação que se pretende fazer entre direitos individuais (as liberdades fundamentais ou os direitos negativos que importam ao Estado uma mera abstenção) e direitos que reflectissem interesses colectivos (que impõem para o seu exercício, uma actividade do Estado) não tem, actualmente, qualquer significado.

Não se pode, nos dias de hoje, separar o direito à informação e à liberdade de expressão do direito ao ensino e do acesso à cultura.

Assim como se não pode separar o direito individual à saúde do direito à segurança social, à habitação e à reforma condigna.



Ninguém pode, na realidade, fixar a fronteira entre o interesse individual e o colectivo.

Para os cantores dos direitos humanos a tónica está, obviamente, nos direitos individuais, na mera afirmação do princípio da igualdade, sem que se preencham as condições para uma participação real dos homens.

Enquanto se badalar com a defesa dos direitos humanos sem concretizar os meios de acesso ao seu exercício, mais se não faz que desviar as atenções das violações bem mais profundas e graves dos direitos humanos.

Esta afirmações não pressupõem qualquer feliche relativamente às sociedades e estados socialistas.

Não há, ainda, regimes perfeitos e povos completamente felizes.

Há, porém, que graduar os diversos estádios de violação ou de observância dos direitos fundamentais do homem.

E, se fosse possível fixar num retrato a situação mundial dos direitos humanos, se se objectivasse o respeito ou o desprezo por tais direitos, logo concluiríamos pela condenação dos países que submetem continentes inteiros ao seu domínio, das organizações internacionais que impõem modelos de desenvolvimento aos países pobres que beneficiam os países ricos (caso do FMI e do Banco Mundial), das empresas, multinacionais que sugam as matérias primas e a mão de obra dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

É muito negro o quadro geral do respeito pelos direitos humanos, seja qual for a sua natureza.

E a melhoria que se vem verificando ao longo dos tempos deve-se exclusivamente às classes que em dado momento combateram a exploração e a miséria.

Algumas das conquistas dos trabalhadores, alguns dos direitos fundamentais do homem, custaram centenas de milhares de vidas, prisões, torturas, condenações, desemprego, miséria, humilhação.

O direito à greve, o direito de associação sindical, o direito a um horário de trabalho, o direito a férias pagas, o direito ao fim-de-semana remunerado, são conquistas recentes das classes trabalhadoras que foram o resultado vitorioso de uma luta encarniçada.

Ainda hoje podemos olhar para povos que vivem perto da escravidão, ou, num rápido relance, ver os diversos graus de respeito pelos direitos dos trabalhadores e, em geral, dos cidadãos.

Os trabalhadores portugueses viveram e ainda vivem a experiência da falta de liberdade, dos despedimentos

abusivos, do desemprego, da proibição do exercício da actividade sindical, dos contratos a prazo.

E, se bem repararam, a destruição ou o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores, evoluíram em sintonia com a destruição ou o enfraquecimento dos direitos dos cidadãos.

Tal significa que o regime de opressão (ou o mero enfraquecimento das liberdades fundamentais) anda de mãos dadas com a liberdade de explorar.

QUAL O PAPEL DO MOVIMENTO SINDICAL FACE AOS DIREITOS HUMANOS

As associações sindicais, são, por natureza e por excelência, os guardiões dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, os termómetros para verificar a sua violação ou observância.

Um sindicato é, por definição, o órgão de classe dos trabalhadores.

Mas, como pessoa colectiva, para prosseguir os objectivos que a sua natureza lhe impõe, necessita de ver legalmente consagradas as garantias, os direitos e liberdades fundamentais.

Sendo assim, pode dizer-se que as associações sindicais são realidades complexas que reúnem os ingredientes próprios dos direitos individuais (ou de exercício individual) e os respeitantes à colectividade e aos povos.

Onde, é fácil concluir, pela especial sensibilidade do Movimento Sindical - Nacional ou Internacional - à problemática dos direitos humanos.

Se bem analisarmos sob esta óptica os países e continentes, cedo atingiremos a fórmula que nos permitirá dizer que a medida do respeito pelos direitos humanos é a mesma das liberdades e direitos sindicais.

Não é por acaso, na verdade, que, logo após o golpe de Estado fascista de 17 de Julho, na Bolívia, a Central Operária Boliviana (COB) foi arrasada, presos os dirigentes sindicais (e mesmo assassinados), assim como a CUT chilena, no golpe de Pinochet, foi fechada e proibida toda a actividade sindical neste país.

ACÇÃO DA CGTP-IN

As Confederações Mundiais (CMT e FSM), com as quais a CGTP-IN colabora estreitamente, desenvolvem acções concretas, de âmbito mundial, para combater a violação sistemática dos direitos humanos.

Assim, por exemplo, a CGTP-IN faz parte do Comité de Continuidade, órgão que funciona junto da Confederação Mundial de Trabalhadores (sede em Bruxelas) e tem como missão levar à prática as

deliberações tomadas no Colóquio de Quebec, que teve lugar em 17 e 21 de Março de 1980.

Este Comité reuniu a 27 de Outubro passado em Bruxelas.

A CGTP-IN, como associação não filiada na CMT, participa nele.

As suas atribuições concretas neste momento são:

1. Elaboração de uma Carta dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores.
2. Elaboração de um Estatuto do Trabalhador, onde se definissem e concretizassem os direitos instrumentais dos direitos previstos na Carta.
3. Formação de um Comité Sindical Mundial que trabalhará em colaboração estreita com as comissões nacionais para a defesa dos direitos humanos.
4. Instalação de uma rede mundial de informação sobre a violação dos direitos humanos.
5. Promoção e desenvolvimento de acções de solidariedade e fortalecimento da acção sindical em todos os países.

Como se verifica, a CGTP-IN não se

limita ao simples enunciado teórico dos direitos humanos.

E, quer internamente quer ao nível mundial, participa e colabora com organizações que, de boa fé, (mesmo que não haja sintonia total no plano dos princípios), querem ver os direitos humanos, sindicais ou outros, efectivamente respeitados.

Por tal motivo, na reunião do Comité de Continuidade, a CGTP-IN propôs a constituição de um Tribunal Social Internacional onde deveriam participar as mais representativas componentes do Movimento Sindical Mundial.

Tal Tribunal julgaria as violações dos direitos sindicais, bem como dos que se reportassem aos demais direitos sociais, económicos e culturais.

O peso moral das suas decisões constituiria um sério avanço e um forte contributo para a melhoria das condições de vigilância e solidariedade internacionais, sendo, por outro lado, factor de desaconselhamento às violentas e sistemáticas depredações dos direitos humanos.

Oxalá vingue a tese da CGTP-IN.

João Correia



HISTÓRIAS DE NATAL

Estamos já em plena época natalícia, com toda a sua encenação tradicional. De uma forma ou de outra, no campo ou na cidade, cheira a Natal.

Para uns trata-se de comemorar a data litúrgica do nascimento de Cristo. Para outros, é uma tradição secular onde misturam lendas e evocações, pagãs, religiosas.

Para outros, ainda, dias confortantes (!) do há muito esperado subsídio, já destinado e predeterminado a uma pequena parte do muito que nos falta.

É a época das nossas crianças irem receber de prenda o par de botas, as calças ou as saias que estiveram, economicamente, vedadas durante o resto do ano. Ou talvez o brinquedo cobiçado... e quantos nem isso.

Sempre que se aproxima esta época, corre tinta na imprensa abordando os vários aspectos relacionados com o Natal.

Procuráramos trazer a estas páginas algumas curiosidades que, estamos certos, muitos não conhecerão. Por exemplo...

PAI NATAL: COMO NASCEU?

Será que já alguma vez pensou na origem dessa figura lendária, hoje transformada em promotor de vendas contratado a prazo, que é o Pai Natal?

Antes de mais, temos que recuar no tempo até ao ano 300 da nossa Era. Diz-se que na cidade de Mira, na Ásia Menor, havia um bispo chamado Nicolau que mostrava uma grande ternura pelas crianças. Certa vez, teve o bispo conhecimento de que um pai bastante pobre vivia entristecido pelo facto de não ter dinheiro para casar a mais velha das suas três filhas. Porque nesse tempo, menina que quisesse casar tinha que levar a carteira recheada.

Com dó daquela família, Nicolau passou junto da casa onde moravam e, sem que ninguém visse, atirou-lhes uma bolsa com dinheiro pela janela aberta. Assim voltou a fazer para com as restantes duas filhas do casal. Só que da última vez errou a pontaria e a bolsa, em lugar de



cair no chão, foi enfiar-se dentro de uma das meias penduradas junto ao lume a enxugar!

Vem daí, segundo se julga, a tradição das crianças pendurarem as meias ou os sapatos na chaminé para que Nicolau (o Pai Natal) as encha de guloseimas e brinquedos.

E porque Nicolau era bispo e os bispos vestem de carmesim e usam mitra na cabeça, o Pai Natal tem uma longa veste vermelha e um carapuço em bico.

...E A ÁRVORE DE NATAL?

Você, amigo leitor, que todos os anos por esta época, se decide a comprar o pequeno pinheiro que, depois de enfeitado, por todos é chamado de árvore de Natal, conhece a sua origem?

Tal como a lenda do Pai Natal, também a história da árvore evoluiu com o decorrer dos tempos. Tudo parece ter começado há 500 anos, na Alemanha, quando se representava a história (fantástica) de Adão e Eva. O cenário era, justamente, um pinheiro de cujos ramos pendiam maçãs.

Tendo caído em desuso esse género de teatro religioso, as pessoas

conservaram o costume de enfeitar um pinheiro em suas casas, substituindo, ao longo dos tempos, as maçãs originais por chocolates e pequenos brinquedos, fazendo as delícias da petisada (ao preço a que estão os chocolates e brinquedos, dia virá em que não teremos outro remédio senão voltar às origens... as maçãs).

OS COMES DE NATAL, POR ESSE MUNDO FORA

Não é só em Portugal que a culinária tem um papel destacado nos festejos da época natalícia. Uma olhadela pelos costumes de vários povos, mostra-nos, de imediato, que não estamos sozinhos no bel-prazer da mesa. Se no plano prático houver alguma diferença, ou seja, se a sua mesa de Natal não corresponder em quantidade e qualidade ao seu bel-prazer, não atribua as culpas às nossas ricas tradições culinárias mas sim àqueles que nos andam por aí a sugar o sangue (lá dizia o Zeca Afonso). Mas passemos em revista o que se «morfa» por esse mundo fora nessa noite de Natal. Os nossos amigos italianos fazem o *panettoni*, que são briosos com passas e frutas cristalizadas. Na Grã-Bretanha serve-se o tradicional peru e o chamado Pudim de Natal feito com gordura de rim, passas, frutas cristalizadas, coco ou amêndoas, noz-moscada, especiarias, limão, leite, ovos, rum ou aguardente. O pudim é trazido para a mesa a arder. Na Checoslováquia e na Áustria, reinam as carpas assadas e fritas, assim como as salsichas.

Na Polónia a ceia é composta de 13 pratos de peixe e a deliciosa *Kutia*, que é um doce feito com mel e sementes de papoila, trigo e nozes.

Para os lados da Escandinávia, se alguma vez lá passar o Natal, vai

Resume-se a isto. Quem não fizer prova de ter apreendido a declaração do imposto complementar não recebe o salário do mês de Dezembro e o subsídio de Natal. Ao atribuir às entidades patronais uma



banquetear-se com o pato e a carne de porco assados seguidos do doce tradicional, o *geod*, uma espécie de arroz doce.

E de mais não vos falamos, porque para tortura já bem basta a «História de Natal» de que vamos falar em seguida.

A ÚLTIMA HISTÓRIA

Quando atrás nos referimos àqueles que andam por aí a chupar o sangue de quem trabalha e que são os responsáveis pelo pobre Natal que não queríamos ter, estavam-nos, obviamente, a referir, entre outros, aos senhores governantes deste país que definitivamente perderam a (pouca) vergonha.

Mostrando bem de que lado se encontram, decidiram dar um presente de Natal aos trabalhadores.

competência que só pertence aos tribunais, para punir o não cumprimento das obrigações fiscais, o governo Sá Carneiro onera e persegue os rendimentos do trabalho. Por outro lado, não consta que tenha tomado qualquer medida semelhante contra o não cumprimento das mesmas obrigações por parte do patronato, o não pagamento de impostos ou a evasão fiscal.

Trata-se de um decreto-lei profundamente ilegal que não pode de maneira nenhuma servir de argumento legal ao patronato para a não retribuição do salário de Dezembro e do subsídio de Natal. Aconselhamos todos os trabalhadores a exigirem aquilo que lhes pertence e a denunciarem tão profunda irregularidade. Um bom Natal para todos!

Eduardo Horta



ALIANÇA internacional

CGT Organizou

5.^a

Conferência Nacional sobre imigração

Organizada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), realizou-se em Paris, nos dias 20 e 21 de Novembro de 1980, a 5.^a Conferência Nacional sobre a Emigração.

Esta Conferência, que se tem vindo a realizar anualmente sob a égide da CGT francesa, contou com a participação de trabalhadores imigrantes de todas as nacionalidades, que constituem a comunidade 'imigrada em França'.

Participaram igualmente na 5.^a Conferência Nacional sobre Imigração as seguintes centrais sindicais de países de emigração: UGTA da Argélia, UMT de Marrocos, CGIL da Itália, CCOO de Espanha, CSY da Jugoslávia, DISK da Turquia e, ainda, a CGTP-Intersindical de Portugal.

A Conferência teve como principal objectivo debater e analisar os graves problemas que afectam os trabalhadores imigrantes, ao mesmo tempo que apontou medidas que obstam à consecução dos desígnios do Governo francês, visando a expulsão dos imigrantes e fazendo-os pagar o custo de uma crise para a qual nada contribuíam.

Muitas foram as intervenções dos trabalhadores imigrantes, no decurso dos trabalhos. Duma maneira geral, todas elas denunciaram as discriminações, os despedimentos, as arbitrariedades e as perseguições levadas a cabo pelas autoridades francesas e de que os imigrantes são alvos preferenciais.

Aqueles trabalhadores afirmaram, mais do que uma vez, a necessidade de se organizarem em torno do movimento sindical de classe, a fim de, em colaboração com os trabalhadores franceses, melhor poderem defender os seus direitos.

Diversas críticas e chamadas de atenção aos Governos dos seus países de origem foram formuladas pelos



trabalhadores, no sentido de aqueles se empenharam, como é seu dever, na defesa dos reais interesses dos trabalhadores imigrantes, não continuando indiferentes à sorte daqueles e actuando apenas como receptores de divisas produzidas com o sacrifício dos que vivem em

permanente instabilidade e sempre recessos do que lhes possa acontecer no porvir.

As intervenções dos representantes das diversas centrais sindicais estrangeiras pautaram-se pela manifestação de solidariedade à luta dos trabalhadores emigrados

CGTP-IN SOLIDÁRIA COM TRABALHADORES TURCOS



Com o intuito de dar a conhecer à CGTP-IN a situação em que se encontra a Turquia após o golpe militar que teve lugar a 12 de Setembro passado esteve entre nós o camarada Halit Erden, Secretário-Geral da MADEN-IS (Federação da Metalurgia da DISK, que é dos raros dirigentes sindicais que conseguiram escapar à repressão feroz desencadeada pela junta militar, agora no poder naquele país.

No decurso das conversações que travou com o Secretariado Nacional da CGTP-IN e com a Federação dos Sindicatos de Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) e durante o contacto com os órgãos de Comunicação Social, o camarada Halit Erden

e resfirmaram, igualmente, o apoio à CGT pelo trabalho que, ao longo dos anos, tem levado a cabo, na defesa das justas reivindicações dos imigrantes.

Esse amplo trabalho está agora consubstanciado no Caderno Reivindicativo aprovado por unanimidade nesta Conferência, pelos 300 delegados, dos quais, refira-se, dois terços eram trabalhadores imigrantes.

- PARTICIPAÇÃO DA CGTP-IN -

O representante da CGTP-IN, Orlando Laranjeiro, depois de saudar, em nome dos trabalhadores portugueses e da própria CGTP-IN, os participantes na Conferência, relembrou na sua intervenção os laços de amizade e cooperação que há longos anos unem as duas centrais sindicais.

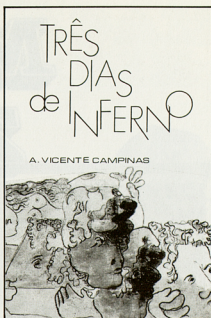
Salientando que em muitos países os trabalhadores emigrantes enfrentam graves problemas, por vezes perante a apatia das organizações sindicais, o representante da CGTP-IN, afirmou não ter sido nunca assim em França e sublinhou: «o que uma vez mais está claramente patenteado nesta reunião da CGT e está sendo aliás cada vez menos o caso noutros países, cujas organizações sindicais reagem já contra as inúmeras arbitrariedades, as práticas racistas, os atentados à dignidade e as discriminações que os trabalhadores emigrados normalmente são alvo».

«As medidas Barre-Bonnet-Stolérú — adiantou Orlando Laranjeiro — que as nossas duas organizações, conjuntamente com as organizações sindicais

de classe de Espanha, Marrocos, Argélia, etc., denunciaram, são, justamente, um exemplo da política anti-social e racista do poder e do patronato, que exigem um combate permanente, uma solidariedade mais activa e uma acção internacional renovada».

Referindo-se à situação no nosso país, disse que a CGTP-IN «não tem cessado de denunciar junto da opinião pública e das autoridades, os atropelos de que os emigrantes têm sido vítimas por parte dos sucessivos Governos Constitucionais e, sobretudo, pelo actual Governo, o mais à direita de todos, após o 25 de Abril, o qual, mercê de uma política mentirosa e demagógica, tem recusado pôr em prática uma política correcta de emigração que, objectivamente, defenda os interesses dos trabalhadores portugueses emigrados».

Orlando Laranjeiro relembrou a existência de um acordo entre a CGT e a Central Sindical Portuguesa, o qual, entre outras matérias, prevê um trabalho estreito e conjunto para a defesa dos direitos e interesses dos portugueses emigrados (cerca de 1 milhão) em França, facto que, como concluiu, «dá às nossas duas organizações uma particular importância e o desejo de um empenhamento cada vez maior no sentido de continuar a merecer a confiança que a emigração portuguesa deposita nas nossas organizações e ganhar um número cada vez maior de outros emigrantes para o sindicalismo e para a acção sindical».



Uma história de emigração

À VENDA NAS LIVRARIAS

Distribuidora Livraria Ler

Rua Almeida e Sousa 24-C 1300 Lisboa

pôs em evidência o carácter reaccionário do golpe militar da Turquia, as suas ligações estreitas com os círculos imperialistas, particularmente com a NATO, e, sobretudo, a sua natureza profundamente antidemocrática.

Com o parlamento dissolvido, a Constituição suspensa, os partidos políticos e organizações sindicais interditos, privados de uma imprensa livre, o povo da Turquia enfrenta, neste momento, uma intensa vaga repressiva que já fez mais de 500 mortos e mantém nas cadeias cerca de 60 000 ml patriotas, entre os quais se destacam numerosos dirigentes políticos e sindicais, intelectuais, homens e mulheres das mais variadas crenças

religiosas e políticas.

Abdullah Bastur, Presidente da DISK, é um dos sindicalistas que se encontram presos desde os primeiros dias do golpe militar e à sua volta lançou-se, em todo o mundo, um vasto movimento de solidariedade, com vista à sua libertação.

Os representantes da CGTP-IN e da FMMMP manifestaram ao dirigente da MADEN-IS; à DISK e a todos os trabalhadores da Turquia, a inteira solidariedade da CGTP-IN e informaram-no dos esforços que o Movimento Sindical Unitário tem a intenção de continuar a desenvolver, com vista ao pleno restabelecimento das liberdades democráticas e sindicais e à cessação da ingerência estrangeira na Turquia, ao fim da



A delegação sindical turca

repressão e da tortura e à libertação imediata de todos os presos políticos e sindicais.

A CGTP-IN manifestou, também, a sua disponibilidade para, em estreita colaboração com a DISK,

prosseguir a nível internacional os esforços com vista ao isolamento da junta militar e ao restabelecimento rápido da democracia na Turquia.

MAGA- ZINE



10.º Aniversário da CGTP-IN comemorado no Coliseu

A nossa força é bastante para fazer um Abril novo

O espectáculo com que culminaram, em Lisboa, as comemorações do 10.º Aniversário da CGTP-IN, no passado mês de Outubro, encerrava justamente com a mensagem — onde determinação, preocupação e esperança se encontram —, transmitida por Luísa Basto sobre as palavras de Ary dos Santos: «A nossa força é bastante/ para fazer um Abril novo» (...se Abril ficar distante/ desta terra, deste povo).

Na sala, com lotação esgotada nas duas sessões por um público caloroso, o referido «fecho» traduzia, em espectáculo de palco, a emoção da plateia, após mais de duas horas de música e canções com a participação de artistas situados em diferentes quadrantes político-ideológicos (alguns deles actuando juntos pela primeira vez), mas unidos por sentimentos antifascistas que importa consolidar.

Tratava-se de comemorar um «... longo percurso que só com firmeza e resistência fez chegar mais cedo o mês de Abril», como se ouviu na abertura desta festa — através da voz «off» que constituiu como que um fio condutor do espectáculo; a mesma voz alertaria, no entanto, para «as nuvens de tempestade» que «voltam a amontoar-se sobre nós», concluindo que «o passado nunca mais voltará, que ninguém voltará a impor-nos a mágoa, o luto...»

Adriano Correia de Oliveira veio então cantar, entre duas outras

canções, a «Trova do Vento que Passa», de Manuel Alegre: canto e voz da resistência que fizemos e refizemos. Seguiu-se **Luísa Basto**, cantando, na sua voz magnífica, Eugénio de Andrade e outros grandes poetas. **Paco Bandeira**, com aquele estilo populista que suscita uma rápida adesão, agitaria visivelmente a sala, levando muitos pés e mãos a marcarem «As Voltas do Malhão» ou a «Chula da Livração». Depois foi **Carlos Mendes**, com a segurança de interpretação que a rodagem «apoteútica»



lhe conferiu, a trazer-nos de Alcácer, dum antigo «mal de raiz», até ao presente dos trabalhadores que descobrem a sua própria força de construção («Monólogo do Operário») e não esperam já qualquer D. Sebastião.

A voz «off» volta, para lembrar «a fraternidade que liga os povos, que os aproxima e os faz sentir a mesma revolta e a mesma esperança»,

dando entrada a **Quintín Cabrera**, um uruguaio-catalão (porque vive na Catalunha há muitos anos e, segundo ele, sente-se do lugar onde vive). «Milonga-Niza», melodia popular uruguaia, improvisadamente vestida numa crítica mordaz a Sá Carneiro e sua governação, em paralelo com Adolfo Suarez, fecharia esta atuação, com

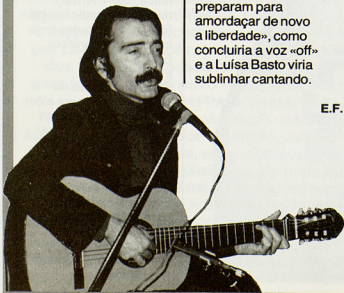
a assistência próxima do auge de participação. Após o intervalo, um outro abraço internacionalista, na torrente desencadeada pelo incomparável **Pi de la Serra**, com as suas canções-armas de pontaria, expoente maior da canção popular catalã. Pi de la Serra é «dinamite» na voz, no corpo, na guitarra; instado a comentar esta observação, que fizemos à sua interpretação do

tema «A Cultura», Pi dir-nos-ia: «...só podia sair assim, com força, porque a cultura tem que entrar com força num país absolutamente dominado como o meu país, a Catalunha». É já ao rubro que as palmas recebem **Sérgio Godinho** («Que Força é Essa, Amigo?», «Organização Popular», «Cuidado com as Imitações»). A maior ovação até então ouvida foi para ele, um dos mais importantes cantores portugueses de intervenção. Seguiu-se **Paulo de Carvalho**, que para além de interpretações bem conhecidas, patenteou excepcional qualidade como cantor branco de «blues», em «Blues para Coltrane». E foi, enfim, a vez de **José Mário Branco**: «vindo de longe» com novas canções, nomeadamente a mais



←←

significativa, em termos políticos, da sua actuação, cujo refrão diz: «Eu vim de longe/ de muito longe/ o que eu andei p'ra aqui chegar/ eu vou p'ra longe/ p'ra muito longe/ onde nos vamos encontrar/ com o que temos p'ra nos dar». O público exigia «bis» e o Zé Mário (no espectáculo da noite, com uma sessão de teatro de permissão, quase sem voz) fez questão de corresponder, abrindo o caminho ao «grande senhor» (da canção portuguesa) que se seguia, com um tema que lhe era dedicado. Antes porém de passarmos ao Zeca Afonso, deixamos registadas algumas impressões do Zé Mário Branco, pela primeira vez a actuar numa realização da CGTP-IN. Ele considerou o espectáculo ainda «de canto livre, embora bastante enriquecido», pensando que «... é preciso também fazermos outras coisas, nós todos (cantores), em conjunto» e que foi



E.F.

«importante estarmos juntos, alguns pela primeira vez», lamentando «que tenha sido só agora», nomeadamente porque se sentiu nesta festa com a sua gente, conforme nos disse.

O último e o primeiro: o mesmo José Afonso cujo âmbito de actuação antes do 25 de Abril já incluía os sindicatos; José Afonso, autor de «Grândola, Vila Morena». Acompanhado por Janita, Júlio Pereira e Guilherme Inês, cantaria apenas duas canções a solo, integrando-se em seguida, com a modéstia que lhe é inerente, no colectivo do grupo e, para terminar, num colectivo bem maior, de milhares de vozes que entoavam a «Grândola»: braços entrelaçados, corpos balouçando, vozes unísonas. Era Abril. Era a memória, para alguns, de Março de 74, também no Coliseu. Era a evocação dum sinal para novos tempos. De novo? Tempos irreversíveis, de qualquer modo, «... mesmo quando os inimigos de Abril se preparam para amordaçar de novo a liberdade», como concluiria a voz «off» e a Luísa Basto viria sublinhar cantando.

Uma dádiva honrosa

Fernando Lopes Graça, que nasceu em Tomar em 1906, é uma figura quase lendária na História da Música antifascista portuguesa.

Recentemente, este grande compositor, escritor e maestro, deu-nos a honra de se deslocar proposadamente às instalações da CGTP-IN para, num gesto de inestimável valor e significado, oferecer-nos um exemplar do seu apreciadíssimo álbum «Marchas, Danças e Canções», actualmente peça rara no meio literário português. Fê-lo, como prenda de aniversário da CGTP-IN e ofereceu-nos também os respectivos direitos de edição, conforme oportunamente noticiámos.

Para quem não o conheça bem, adiantamos alguns dados biográficos de Lopes Graça. Todo o seu trabalho de artista criador e de pedagogo foi uma luta constante e dura contra o regime fascista. Obteve, em concurso, em 1931, o lugar de professor de piano do Conservatório Nacional. Mas foi

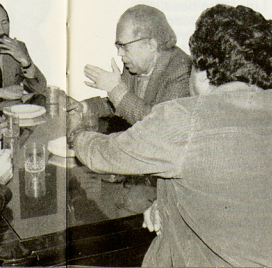
impedido de exercer o cargo por ter sido preso e desterrado pela polícia política. Sofreu novas prisões até 1937, data em que se exiliou em Paris, onde participou no apoio ao Governo Republicano Espanhol. Em 1945, regressado ao país, fez parte da Comissão Distrital de Lisboa do MUD. Em 1954, o governo anulou o seu diploma de professor do ensino particular, a fim de criar-lhe maiores dificuldades materiais. Tem sido galardoado com numerosos prémios, tanto em Portugal como no estrangeiro. Quem passou, na década de quarenta, pelas fileiras da luta antifascista, sabe muito



bem o impacto que teve nessa luta a publicação de «Marchas, Danças e Canções». A PIDE apreendeu, quase em seguida ao seu aparecimento, este livro. Mas, entretanto, muitas centenas de exemplares puderam escapar à sanha pidesca.

O grande musicólogo Fernando Lopes Graça, que foi laureado em 1976 com o Prémio Lénine da Paz, deu aos significativos versos de vários poetas progressistas o seu talento. E daí resultou que tais canções de resistência como, por exemplo, «Mãe Pobre», «Não Fiques para Trás, oh Companheiro», etc., ficaram para sempre gravadas na memória de quantos as escutaram. Os trabalhadores portugueses agradeceram ao grande Homem, exemplar resistente antifascista, escritor, compositor e maestro de elevados méritos, que é o cidadão Fernando Lopes Graça, essa expressiva prova de estima e de solidariedade para com a CGTP-Intersindical Nacional.

res
lícia
s
a
no
ol.
o ao
de
s.
o
ito



Núcleo permanente de arte para o museu da CGTP-IN

Num gesto de significativa solidariedade, treze artistas, pintores e escultores, ofereceram trabalhos da sua autoria à CGTP-IN, por ocasião do 10.º Aniversário da Central Sindical Histórica dos trabalhadores portugueses.

A Intersindical Nacional, pela sua acção em prol da Liberdade, bem merece dos artistas, para quem ela é factor essencial da sua actividade criadora, estas provas de carinho e de solidariedade, como a que foi verificada por ocasião das comemorações do 10.º aniversário da activa luta da CGTP-IN.

Queremos, assim, testemunhar publicamente os agradecimentos da CGTP-IN a esses nossos amigos, pelas suas ofertas destinadas ao Museu para o qual o Núcleo Permanente de Arte desta Confederação Sindical tem estado a trabalhar com o maior afino e dedicação, e que são os seguintes:

Álvoro Perdigo, que tem participado, desde 1930, nas mais importantes exposições colectivas de Arte Moderna do País, tendo efectuado exposições individuais em diversas

idades do Continente, Madeira e Açores. Também tem exposto individualmente no estrangeiro e foi seleccionado para estar representado em diversas Bienais.

Participou recentemente numa exposição colectiva itinerante efectuada na URSS.

António Carmo, natural de Lisboa, onde nasceu em 1949, estudou na Escola de Artes Decorativas António Arroio. Expôs individualmente em numerosas galerias do País e também no estrangeiro. Está representado em Museus de Itália, Guiné-Bissau e Angola. É professor assistente na ESBAL.

Cipriano Dourado, que é autodidacta, nasceu em Penhascoso. Tem exposto em quase todas as Exposições Gerais de Artes Plásticas efectuadas no País. Também tem participado em Exposições Itinerantes de Gravura Portuguesa, tanto em Portugal como no estrangeiro. Depois de 1974 tem participado em várias exposições nos



MAGA- ZINE



países socialistas.
António Trindade, nasceu em Capuchos, Alcobaca, em 1936. Tem o curso complementar de Escultura da ESBAL. Foi bolseiro da Fundação Gulbenkian de 1963 a 1967. Várias vezes premiado, no nosso País. Expôs individualmente em 1970 e 1972, na SNBA. É professor-assistente na ESBAL.

Gil Teixeira Lopes, natural de Mirandela, onde nasceu em 1936. Diplomado e professor na ESBAL. Investigador no Centro Nacional de Calcografia e Gravura do Instituto de Alta Cultura. Tem estado presente em numerosas Bienais efectuadas no estrangeiro. Tem obtido numerosos prémios, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Guilherme Mateus Casquilho, tendo nascido em 1930, frequentou a Escola de Artes Decorativas António Arroio e a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Tem efectuado diversas exposições individuais e colectivas.

João Hogan (João Manuel Navarro Hogan) nasceu em Lisboa, em 1914. Frequentou a ESBAL e a SNBA. Tem realizado várias exposições individuais e colectivas, em Lisboa e no Porto. Participou em várias Bienais Internacionais e em todas as Exposições de Gravura Portuguesa Contemporânea, efectuadas até hoje. Está representado no Museu Nacional de Arte Contemporânea de Lisboa.

José Cândido é natural do Barreiro, onde nasceu em 1932. Diplomado com o curso superior de pintura pela Escola Superior das Belas Artes de Lisboa. Foi professor do ensino técnico e da Escola de Artes Decorativas António Arroio. Inúmeras exposições com a obtenção de numerosos primeiros prémios. Está representado em diversas colecções particulares e no estrangeiro.

Lima de Carvalho nasceu no Porto, em 1940. Em 1964 concluiu o Curso de Pintura da Escola Superior das Belas Artes do Porto. Foi bolsheiro da Fundação C. Gulbenkian. Entrou em várias exposições colectivas. É professor assistente da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa.

Matiide Marçal, natural de Abrantes, diplomou-se na Escola Superior das Belas Artes de Lisboa, onde foi depois assistente. Foi investigadora do Centro Nacional de Calcografia e Gravura do Instituto de Alta Cultura, de 1972 a 1974. Numerosas exposições no País como no estrangeiro, onde conquistou vários prémios. Participou em diversas Bienais internacionais.

Rogério Amaral, que nasceu a 23 de Abril de 1917, tirou o curso de Cerâmica da António Arroio. Tem exposto individualmente e também colectivamente, tanto no País como no estrangeiro. Está representado no Museu de Arte Contemporânea

e na Fundação Calouste Gulbenkian.

Rogério Ribeiro é natural de Estremoz, onde nasceu em 1930. Tem o curso da ESBAL, de que presentemente é professor. Participou em diversas exposições colectivas e gerais de Artes Plásticas. Fez exposições individuais, tanto no País como no estrangeiro, sendo a mais recente na Galeria Nacional de Sófia (Bulgária) em 1978.

Virgílio Domingues, que nasceu em Lisboa em 1932, tem o Curso de Escultura da ESBAL. É professor de Educação Visual. Faz parte da direcção da SNBA. Tem exposto individualmente em várias galerias do País. Expôs em diferentes Salões de Arte Moderna, na SNBA. Tem exposto no estrangeiro, como, por exemplo, em Berlim, em Viena e em Madrid, durante o ano de 1977.

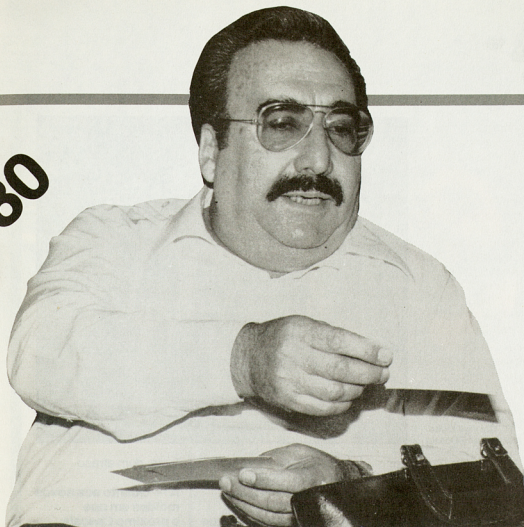
Naturalmente que estas ofertas são preciosas e podem ser consideradas como que uma parte do resultado do grande esforço que o Núcleo Permanente de Arte para o Museu da CGTP-IN tem estado a desenvolver no sentido de sensibilizar os nossos numerosos artistas plásticos e outros, a participarem com o seu desejado quinhão, a fim de que, dentro em pouco, a CGTP-IN possa ter um Museu que ficará, naturalmente, fazendo parte do património dos trabalhadores, de todos os trabalhadores portugueses.

A.V.C

Cascais Jazz 80

Há dez anos que os amantes do jazz têm encontro marcado em Cascais, no mês de Novembro. Uma década de Festival de Jazz é longo caminho andado, neste país onde as manifestações culturais de relevo escasseiam e têm criado raízes, quase sempre, contra a corrente do(s) poder(s) instituído(s) (antes do 25 de Abril como hoje).

Para nos falar de jazz e fazer um balanço do Festival, seus êxitos, suas dificuldades, suas perspectivas futuras, procurámos Luís Villas Boas, o «pai» do Cascais Jazz, há mais de trinta anos dedicado à divulgação daquela expressão musical e que é também um sindicalista: empregado numa companhia de aviação, Villas Boas foi recentemente eleito, nessa qualidade, para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA).



ALAVANCA

— Gostaríamos que nos fizesse um breve balanço do Festival de Jazz de Cascais.

VILLAS BOAS

— Começamos em 1971 e durante dez anos trouxemos a Portugal os maiores nomes do jazz, sobretudo americanos: Miles Davis, orquestra de Duke Ellington, Sara Vaughan, etc. Havia um desfasamento dos amadores de jazz portugueses em relação à música ao vivo e à audição ao vivo e foi essa lacuna que pretendemos preencher; consideramos portanto que a finalidade para a qual foi criado o Cascais Jazz se atingiu.

O jazz é uma música originalmente americana, ainda que se pratique actualmente em todo o mundo, e como tal, sujeitámo-nos, de certa maneira, à vinda

à Europa de grandes músicos. Terminado o que denominei «ciclo de divulgação dos grandes nomes», este ano fizémos já uma pequena alteração, com a introdução de músicos de diferentes países: um grupo de França (Didier Lockwood/Henri Texier), um da Bélgica (Trio de Charles Loos), um indiano (Sexteto Jazzyatra) e o Rão Kyao de Portugal, acompanhado pelo Trio de Mike Carr, inglês. Portanto, quatro grupos não americanos, constituindo quase 50% da participação.

Dadas as dificuldades burocráticas à concretização do Festival, cujas soluções, este ano, tivemos de adiar até, digamos, um mês e picos da sua realização, tivemos de simplificar e assim, por exemplo, a contratação feita com músicos

polacos e búlgaros, ficou adiada para o próximo Festival.

EM BENEFÍCIO DA MÚSICA JAZZ

A — Crê que este Festival tem contribuído efectivamente para a divulgação do jazz em Portugal?

VB — A divulgação do jazz em Portugal começou há cerca de 30 anos, com o aparecimento do Hot Clube, de que sou o sócio número um. Pretendia-se divulgar o jazz numa forma teórica, através de programas de rádio, colóquios, mesas redondas, filmes, etc., além de actuações no clube, fazendo sessões de improvisação (jam sessions) em que os músicos colaboravam apenas por prazer. Foi uma fase que durou até

cerca de 1970. Com o aparecimento do Festival, dá-se o acesso do grande público ao jazz, dá-se aquilo que eu considero mais importante, que é a audição do jazz ao vivo: o jazz é uma música de intérpretes e, como tal, é fundamental a audição ao vivo; é uma música baseada em temas que, na sua maior parte, não estão escritos e se recriam permanentemente (mais uma razão para tornar fundamental o contacto entre o amador e o músico). Aliás, é a única forma de arte viva que conheço em que o artista é interrompido no fim de cada solo; isso acontece por vezes no teatro, mas não muito.

Atendendo a circunstâncias várias, a forma que tem revestido o Festival era, de facto, a mais viável, porque tinha de haver uma certa massificação, uma certa «pedrada no charco», para criarmos interesse em público vindo de todas as partes do país a Cascais, como tem acontecido, e até de África (de Angola, onde há um núcleo importante de jazz, de Moçambique) e de Espanha.

O facto de serem três dias, de ser uma realização concentrada, com nomes carismáticos; uma movimentação grande nos órgãos de informação, tudo isso tem resultado em benefício da música jazz. Porque há muita gente que veio para o jazz através do Cascais Jazz e alguns jovens portugueses talentosos se tomaram assim músicos de jazz, pode considerar-se que se

MAGA-ZINE



tem trabalhado com resultados no sentido da divulgação do jazz. E o jazz não é uma música fácil, de consumo: é uma música de raízes populares que evoluiu.

A — Crê na concorrência dos concertos de rock — ultimamente muito frequentes — ao Cascais Jazz?

VB — Sim. A música rock é uma música de grande consumo, é apoiada pelas editoras, é a que os jovens mais ouvem na rádio e sobre a qual mais lêem na imprensa. Portanto é natural que eles optem pelo rock, quando passam a ter possibilidades de ir a concertos duma música mais acessível.

PARA O ANO É NOUTROS MOLDES

A — Tem transparecido em alguns órgãos de informação certa preocupação relativamente ao futuro do Cascais Jazz. Acha que essa preocupação tem fundamento?

O que é que pode prever-se em relação ao próximo ano?

VB — Ainda encontro travões que quase impedem a realização do Festival. Se, de vez em quando, encontro pessoas que desbloqueiam problemas, por outro lado encontro um sem número de outras para quem o jazz parece continuar a ser um parente pobre da grande música; pessoas que estão à frente de

Villas Boas com George Duke, músico americano



organismos como, por exemplo, a Gulbenkian, que fazem reservas em relação ao jazz. E é claro que esta realização dá *deficit*: por exemplo este ano houve uma média de 3000 pessoas por dia em Cascais, mas convém não esquecer o número das que, por razões várias, entram de graça... fora bilhetes falsos, entradas «a salto», 50% de desconto para menores de 18 anos e para os sócios do SITAVA (já que não era possível, infelizmente, concedê-lo a todos os sindicatos).

De qualquer maneira, continuo a pensar na realização do Festival para o próximo ano, embora com a condição de não acontecer o mesmo que este ano, com adiamento sistemático das soluções. No primeiro trimestre do ano, o Festival vai ser proposto nuns moldes diferentes. Se houver compreensão de que a sua reestruturação e, de certo modo, a sua institucionalização (para

não se partir sempre do zero) são necessárias, pois é evidente que haverá Festival.

A — Não considera que os entraves que referiu, por parte de certos organismos, sejam indicativos dum certo atraso cultural?

VB — O jazz é muito popular e muito apoiado noutros países; por exemplo na Polónia, existe uma sociedade de jazz, que é uma música fundamentalmente americana: dão todo um tratamento ao jazz que não lhe é dado aqui, onde esta música continua marginalizada, vista por alguns ainda como aquela música pitoresca dos negros americanos, de chapéu de coco ou palhinhas, a sapatear. Na União Soviética existem até conservatórios onde se ensina jazz, havendo um em Leninegrado onde se ensina só esta forma de música; há portanto toda uma estrutura de apoio à música de jazz como forma de cultura. Aqui, quanto a mim, os problemas resultam, de

facto, dum atraso cultural.

A — Quanto aos novos moldes em que o próximo Cascais Jazz está a ser planeado, pode adiantar alguma coisa?

VB — Entendo que já não interessa trazer os grandes nomes consagrados, mas revelar novos nomes, fazer combinações diferentes, fazer mesas redondas, debates, etc. Realizar talvez o Festival ao longo de uma semana, para as pessoas se encontrarem, os músicos poderem contactar com o público... Acho que se pode transformar o Festival numa festa onde haja várias realizações artísticas simultâneas, com ênfase para o convívio. Para uma planificação nesses moldes tornam-se necessárias infraestruturas adequadas e, pela nossa parte, não somos uma organização empresarial, pelo que isso não é fácil.



Rão Kyo, presença portuguesa no cascais jazz

FOTO: RUI LOPES



CITUS

Férias
Viagens
Turismo



Portugal

cooperativa intersindical de turismo social